



Minuta do

Plano Estadual do Livro e da Leitura
para **Santa Catarina**

Florianópolis, Maio 2015.



Minuta do
Plano Estadual do Livro e da Leitura
para Santa Catarina

VERSÃO PARA CONSULTA PÚBLICA

Florianópolis, Maio 2015.



Plano Estadual do Livro e da Leitura para Santa Catarina
está licenciado com uma Licença <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).
Baseado no trabalho disponível em <http://forumleitura.org.br/http://forumleitura.org.br>.

O Fórum Catarinense do Livro e da Leitura – Fórum Leitura SC, uma iniciativa da sociedade civil, é um coletivo que reúne representantes de entidades dos segmentos do livro, leitura, literatura e bibliotecas, bem como cidadãos interessados nas temáticas e representantes do Governo Estadual. Tem o propósito de criar e viabilizar politicamente iniciativas que: tornem a "leitura" uma política de Estado; assegurem a democratização do acesso ao livro; valorizem e fortaleçam as cadeias produtivas, criativas e disseminadoras do livro.

Conselho de Representantes do Fórum Leitura SC até setembro de 2014: Academia Catarinense de Letras, Associação Catarinense de Imprensa, Associação Catarinense de Bibliotecários, Biblioteca Comunitária Barca dos Livros, Cidade Futura/Bom de Ler, Comitê PROLER de Joinville, Conselho de Gestores Municipais de Cultura de Santa Catarina (CONGESC)- Federação dos Municípios de Santa Catarina (FECAM), Conselho Estadual de Cultura [de Santa Catarina], Fundação Municipal de Cultura de Bombinhas, Instituto Caracol, Instituto Parati, Prefeitura Municipal de Florianópolis - Secretaria de Educação, Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Secretaria Executiva do FCLL
José Paulo Teixeira – Coordenação
José Paulo Speck Pereira – Secretaria
Carlos Stegemann – Comunicação

Minuta do Plano Estadual do Livro e da Leitura para Santa Catarina

Textos e pesquisa: José Paulo Speck Pereira
Colaboradores: Carlos Stegemann, Esni Soares da Silva, Rosângela Cassia Leszkiwicz.
Consultoria: Rosália Guedes e Tatjane Garcia Albach
Apresentação e Coordenação: José Paulo Teixeira

Contato:
E-mail: forumleitura@gmail.com
Site: <http://forumleitura.org.br>
Facebook: www.facebook.com/forumdolivroedaleitura

SUMÁRIO

	NOSSO FÓRUM DE LEITURA	5
	APRESENTAÇÃO	7
1	DIAGNÓSTICO	11
1.1	A LEITURA E OS LEITORES CATARINENSES	11
1.2	BIBLIOTECAS PÚBLICAS CATARINENSES	15
1.2.1	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas	23
1.2.2	Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina	24
1.3	BIBLIOTECAS ESCOLARES CATARINENSES	25
1.4	PROFISSIONAIS QUE ATUAM NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ESCOLARES CATARINENSES	28
1.5	EDITORAS, LIVRARIAS E A ECONOMIA DO LIVRO	31
1.6	ESCRITORES CATARINENSES	37
1.7	LEGISLAÇÃO SOBRE O LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS	38
2	PRINCÍPIOS NORTEADORES	38
3	OBJETIVOS	42
3.1	EIXO 1 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO	42
3.2	EIXO 2 FOMENTO À LEITURA E À FORMAÇÃO DE MEDIADORES	46
3.3	EIXO 3 VALORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA LEITURA E INCREMENTO DE SEU VALOR SIMBÓLICO	47
3.4	EIXO 4 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DO LIVRO	48
4	ESTRUTURA PARA IMPLEMENTAÇÃO	49
	REFERÊNCIAS	50
	ANEXO 1 ASSOCIAÇÕES E OUTRAS AGREMIações QUE VALORIZAM A LEITURA E A ESCRITA	52
	ANEXO 2 LISTA DE ESCRITORES CATARINENSES	54
	ANEXO 3 LEGISLAÇÕES, PROGRAMAS E PLANOS GOVERNAMENTAIS...	58
	ANEXO 4 PROGRAMAS E PROJETOS DE INCENTIVO À LEITURA E À ESCRITA CATARINENSES	59

NOSSO FÓRUM DE LEITURA

- Com quantas letras se faz um F.O.R.U.M. de Leitura?
- Com todas as letras da cultura.
- Mas isso seria a babel – ninguém se entenderia, nem aqui nem na capital, muito menos na cultura de papel, internet ou jornal.
- Sei do que você está falando ... que papel aceita tudo!
- Mais que isso: papel gera mais papel, um montão, e tudo vai pro lixo cultural midiático, etc e tal.
- Então você está desdizendo o poeta: “que, na vida, tudo existe para terminar em Livro...”. (Mallarmé).
- Não é bem isso... Qual é a pergunta mesmo?

- Com quantas letras se faz um F.O.R.U.M de Leitura?
- Ah, sei... com todos os apaixonados pelo livro e a leitura.
- Todos são cinco ou são seis?
- Três talvez, mas podemos contar até trinta e seis.
- O Mário de Andrade falava que “somos trezentos, somos trezentos e cinquenta” (com trema e tudo).
- Ele errou nas contas que fez: no máximo somos 36. Talvez 22, 26...
- São as letras do alfabeto.
- Mas o Mário contava junto a linguagem dos afetos.
- Isso mesmo! O Brasil é mais que milhão de maracanãs de afetos!
- Ponha afeto nisso! E você quiser reunir 10 leitores e um escritor, vai precisar ralar muito mais que fazer uma copa do mundo.

- Por um instante os galantes faladores silenciam diante da “dura realidade”.

- Qual é a pergunta mesmo?
- Com quantas letras se faz um F-O-R-U-M de Leitura?

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que apresentamos a todos esta minuta do *Plano Estadual do Livro e da Leitura para Santa Catarina*, para consulta pública. Esperamos muito que este documento seja lido e aperfeiçoado pelos cidadãos comprometidos com as políticas para o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas.

Ao final do período de consulta pública, os participantes do Fórum Catarinense do Livro e da Leitura (Fórum Leitura SC) trabalharão para dar forma a sua redação final, que será entregue às instâncias devidas do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina. No entanto, antes de apresentar os objetivos que consolidarão o *Plano*, consideramos importante voltarmos ao início da história, às bases, e compartilhar a origem desta empreitada.

Em 2008, foi criado pela Cidade Futura e o Instituto Parati um movimento de leitura batizado, carinhosamente, de movimento “Bom de Ler”, com o objetivo de estimular a leitura, a formação e a descoberta de bons livros e escritores. Mais que um projeto – não um projeto a mais – pensávamos: “*o Bom de Ler pode vir a ser um Movimento de Leitura para o bem da cultura e do país. Pelo menos em nosso estado, a leitura ainda pode se tornar o portal da cultura*”.

Ninguém poderia ser contra um bem tão bom assim. Mas dizer não é fazer. E fazer é mais que o mero fazer. É preciso fazer acontecer. Mais: é preciso poder fazer acontecer. E o projeto seguiu sua trajetória. Eis que o que inicialmente fora pensado como *Movimento de Leitura* - voltado para a formação de uma nova geração de leitores - ganhou força própria e, em pouco mais de cinco anos, na medida em que me encontrava com outros agentes e leitores, visitava escolas e cidades catarinense, e descobria outros agentes e projetos, o pequeno Bom de Ler se tornaria tão pequeno quanto qualquer pensamento diante do gigantismo que é o desafio da leitura no Brasil.

O projeto, enfim, aconteceu. E acontece, dentro de suas possibilidades, limites e vocações. Somos um pequeno grupo de leitores e escritores catarinenses que investimos parte de nossos tempos e vidas para tornar Santa Catarina um estado de cultura e de leitura, de bons e melhores leitores, de bons e melhores escritores, artistas, professores, gestores de cultura, educação e inovação.

Eis que logo vimos que nosso movimento de leitura era o próprio abismo da cultura. E vice-versa. Não só os leitores estavam ausentes, mas, também, os próprios autores, os

editores, os produtores de cultura, e, até mesmo, os responsáveis pela cultura, alheios ou indiferentes aos desafios da leitura.

Então, veio a ideia de construir uma *plataforma do livro e da leitura*, e, para construir esta ferramenta, buscamos apoio de todo mundo que quisesse investir nesta iniciativa focada na leitura e na cultura catarinenses. A Parati deu a força do começo, como sempre! E a Cidade Futura tratou de animar o processo com a Parati e seu Instituto, colocando o Bom de Ler em movimento.

Após anos de trabalho intenso na área, os responsáveis pelo Bom de Ler, apoiaram e promoveram a criação do FÓRUM Catarinense do Livro e da Leitura, a partir das discussões surgidas em 2012, quando realizou-se o *Seminário do Livro e da Leitura - Uma Tarefa de Vida*, em parceria com a Fundação Catarinense de Cultura e o apoio da Parati, do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), do Ministério da Cultura, entre vários outros parceiros. Na oportunidade, também estávamos motivados a conhecer a nova pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*, do Instituto Pró-Livro - que prontamente apoiou o *Seminário* e se fez representar com altivez.

Depois de um ano de preparação - entre desencontros políticos institucionais, inúmeras tentativas para achar uma data e encontrar parceiros dispostos - ousamos assumir e pôr em prática aquela decisão unânime do *Seminário*: criar o Fórum do Livro e da Leitura em Santa Catarina, a exemplo do que vinha acontecendo em outros estados e cidades brasileiras.

A criação do Fórum Leitura SC não poderia mais ser adiada. Já tínhamos, na ocasião, o apoio do PNLL/MinC, na pessoa amiga de Antonieta Cunha, e buscamos apoio junto ao atual Secretário Executivo Nacional do Livro e da Leitura, José Castilho Marques Neto. Contávamos ainda com o entusiástico apoio de Zoara Failla, coordenadora da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*, agenciada pelo Instituto Pró-Livro. O FÓRUM foi assim estabelecido formalmente em 27 de maio de 2013, com o envolvimento de diversas partes neste esforço conjunto e de difícil realização, tendo o apoio da Secretaria de Estado da Cultura, da Fundação Catarinense de Cultura, do Conselho Estadual de Cultura, do Plano Nacional do Livro e Leitura, e, novamente, do Instituto Pró-Livro. O Fórum agora estava montado, mas não construído.

Um ano depois (maio de 2014), um pequeno grupo de instituições, leitores e escritores catarinenses realizariam a segunda edição do *Fórum Leitura*, ainda mais representativo e plural. E demos um passo importante de organicidade, com a aprovação de um *regulamento* básico de associação, por convite e adesão, aos objetivos do Fórum. E o

Fórum LeituraSC tornou-se uma referência de mobilização dos setores envolvidos com uma política estadual do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas.

Para a construção do Fórum – da parte do projeto *Bom de Ler* e os parceiros mais dedicados – elegemos algumas prioridades, três delas em especial:

1 - fazer um diagnóstico/situação da leitura e dos leitores em Santa Catarina, mapeando os dados disponíveis e fazendo consulta junto às fontes e agentes leitores no Estado; procurando, no diagnóstico, reunir informações de toda cadeia produtiva e de projetos de leitura, bibliotecas, editoras e escritores catarinenses. Um trabalho infinito e era preciso coragem para se começar. Nosso amigo e parceiro, da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina, José Paulo Speck Pereira, pegou firme e, em pouco mais de 60 dias, pesquisou e escreveu a presente minuta, que tenho a alegria de apresentar e compartilhar algumas considerações que possam servir aos leitores e amigos para os debates e consultas públicas e/ou setorizadas que ora iniciamos.

2 - em segundo lugar, transformar esta minuta – especialmente as suas metas - num *Plano Estadual do Livro e da Leitura*, de modo que possa servir de contribuição da sociedade civil, das instituições e associados ao Fórum, para que os agentes públicos responsáveis assumam o processo de elaborar e aprovar o *Plano Estadual do Livro e da Leitura* e, desta forma, integrar o setor literário, do livro, da leitura e das bibliotecas, ao *Plano Estadual de Cultura*.

3 – finalmente, tão logo fossem reunidas outras contribuições, vindas dos demais parceiros, pudéssemos apresentar os resultados deste esforço voluntário e inadiável, em Fóruns locais e regionais, de modo que – além de todas as instituições parcerias do Fórum Leitura – pudéssemos contar com a imensa diversidade de iniciativas culturais nas cidades e regiões, igualmente interessadas em participar e organizar seus próprios *Planos de Cultura*, e *Planos do Livro e da Leitura* em seus municípios.

Paralelamente a esta agenda prática do Fórum, seguíamos aquela primeira empreitada, da construção de uma *Plataforma do Livro e da Leitura*. Porque é importante termos, além da lei, das políticas estadual e municipais, uma *Plataforma* como a que estamos sugerindo? Porque, em nosso entendimento, não basta uma lei – ainda que seja basilar para se institucionalizar e integrar o Plano estadual ao federal e toda rede local interessada no livro e da leitura – é necessário um *programa*, e este programa seria definido, a partir do próprio plano de metas, em construção.

Durante o Seminário de formação realizado em 19 e 20 de setembro de 2013, com o coordenador do *Plano Nacional do Livro e da Leitura*, José Castilho, dizíamos que, ao

lado dos quatro eixos que são o alicerce do programa nacional, haveria a necessidade de um quinto alicerce: uma *Plataforma do Livro e da Leitura*. Esta seria uma espécie de nave-mãe para complementar os esforços mobilizados neste processo de criação do Fórum.

A pergunta gerativa desta carta-proposta – COM QUANTAS LETRAS SE FAZ UM FÓRUM DE LEITURA? – o esforço, a busca permanente do diálogo, todo empenho e investimento feito, cada pessoa ou instituição disposto a fazer a sua parte, pois aposta na cultura do livro e a formação e na formação de uma nova geração de leitores – todo esse esforço humano e sobre-humano surge deste *quase nada // que tanto fazemos // e que parece nos levar // a todos // a lugar nenhum*.

Os indicadores de leitura mostram o quanto nosso estado de cultura é incompatível com a força que temos em outras áreas, da economia ao turismo. Mas para o bem da leitura e da cultura, possamos nós – leitores, escritores, editores, produtores, gestores de cultura – reunir forças na construção e criação do Fórum, bem como na sua primeira e provisória organização, que desde já depende do cidadão leitor ou instituição responsável pela leitura e a cultura em nosso estado.

Não sabemos com quantas letras se faz um F. O.R.U.M de Leitura. Mas, com certeza, podemos medir as consequências de não fazer nada ou pouco mais que nada pelo bem da leitura e da cultura em nossas cidades, estado e país.

Cidade Futura, setembro de 2014.

José Paulo Teixeira

Autor e coordenador do Projeto Bom de Ler e do Fórum da Leitura de Santa Catarina.

1 DIAGNÓSTICO

As próximas seções apresentam um panorama de Santa Catarina em relação aos hábitos de leitura de sua população, situação de suas bibliotecas públicas e escolares, dos profissionais que nelas atuam, do mercado editorial e dos escritores. O nível de detalhamento destes diferentes setores das cadeias criativas, produtivas e disseminadoras do livro é relativo à disponibilidade de pesquisas confiáveis publicadas recentemente. Quando possível, foram comparados os dados sobre a realidade catarinense ao contexto geral brasileiro.

1.1 A LEITURA E OS LEITORES CATARINENSES

Leitura. Esta é uma palavra amplamente empregada na língua portuguesa em diferentes situações e contextos. De forma geral, é utilizada para designar apreensão de significados e interpretação. Há a leitura dos gestos durante uma conversa, leitura das roupas, leitura das cores, leitura das artes. Sem sombra de dúvida, uma das formas de leitura mais importantes na história da civilização é a leitura da escrita. O registro das ideias humanas em suportes de argila, papiro, peles de animais e finalmente em papel foi peça fundamental para o desenvolvimento e disseminação das artes e das ciências entre os povos. Acessar o conhecimento humano contido nos livros e publicações periódicas dá ao homem condições intelectuais para construir grandes cidades, ao mesmo tempo que lhe permite cultivar uma rica *vida interior*. “A leitura sistemática constrói uma subjetividade complexa, permite o deleite estético e amplia o repertório de conhecimentos do leitor” (FERREIRA; HADDAD, 2010). Assim sendo, os hábitos de leitura refletem os níveis escolares, econômicos e culturais de um povo, entre outros indicadores.

Sobre a realidade brasileira, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela dados importantes sobre os percentuais de analfabetismo e escolaridade da população. Segundo o PNAD de 2011, há 12,9 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais no Brasil, ou 8,6% desse segmento. A Região Sul tem um percentual de analfabetismo de 4,9%; Sudeste, 4,8%; Centro-Oeste, 6,3%; Norte, 10,2%; Nordeste, 16,9%. Em relação ao PNAD de 2009, houve queda no nível de analfabetismo em todas as regiões. Quanto mais elevada a idade, maior o índice de analfabetismo.

Sobre os índices de analfabetismo funcional, a pesquisa revela que o Brasil possui 30,5 milhões de analfabetos funcionais, ou 20,4% da população com 15 anos ou mais. A Região Sul tem um percentual de 15,7%; Sudeste, 14,9%; Centro-Oeste, 18,2%; Norte,

25,3%; Nordeste, 30,9%. Somente esta última região apresentou variação significativa (aumento) do número de analfabetos funcionais em relação à pesquisa de 2009. Neste estudo, o percentual de analfabetismo funcional é representado pela proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, com menos de 4 anos de estudo completos em relação ao total de pessoas de 15 anos ou mais (IBGE, 2012).

Em relação ao percentual de escolarização, foi constatado que as mulheres possuem mais anos de estudo que os homens, com uma média nacional de 7,5 anos e 7,1 anos, respectivamente (IBGE, 2012).

O estudo de maior destaque sobre o perfil do *leitor* brasileiro é a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, elaborada pelo Instituto Pró-Livro, que, em 2012, publicou sua 3ª edição. Para esta pesquisa, foram realizadas 5.012 entrevistas pessoais domiciliares em junho e julho de 2011 em todas as regiões brasileiras. O conceito de leitor utilizado foi: aquele que leu, no todo ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses. Por sua vez, o não-leitor foi conceituado para fins de pesquisa como: aquele que não leu nenhum livro nos últimos três meses, ainda que tenha lido nos últimos doze meses.

Retratos da Leitura, 3ª edição, constatou que houve uma redução do número de livros lidos por ano entre os brasileiros, de 4,7% para 4%, em comparação com a 2ª edição da pesquisa, realizada em 2007. O quadro a seguir apresenta este percentual por região brasileira.

Quadro 1 - Número de livros lidos por habitante/ano em cada região brasileira

2007	2011	Região brasileira
3,9	2,7	Norte
4,5	4,2	Centro-Oeste
4,2	4,3	Nordeste
4,9	4,0	Sudeste
5,5	4,2	Sul

Fonte - Adaptado de: Failla, 2012.

Nota - Base: Foram considerados todos os entrevistados.

Failla (2012) explica que a redução do número de livros lidos não foi significativa e que, possivelmente, contribuíram para o resultado: o aperfeiçoamento do questionário em relação à pesquisa de 2007; o envelhecimento da população, pois foi constatado que lê mais quem está na escola; e talvez a mudança no mês de realização das entrevistas, de dezembro para junho. Mas, se os resultados da pesquisa de 2011 são mais precisos, ainda assim a realidade não é animadora. Failla (2012, p. 30) afirma que “o Brasil, com 4 livros lidos/ano, está melhor do que o México (2,9) e a Colômbia (2,2), mas lê menos do que a Argentina (4,6), o Chile (5,4) e menos da metade do que se lê em Portugal

(8,5) e Espanha (10,3)”.

Outras informações sobre o perfil do brasileiro leitor são apresentadas nos próximos quadros. Foi constatado, por exemplo, que as mulheres leem mais que os homens. No Brasil, as mulheres, como já descrito, permanecem mais tempo na escola.

Quadro 2 - Número de livros lidos por habitante/ano por sexo

2007	2011	Sexo
5,3	4,2	Feminino
4,1	3,2	Masculino

Fonte - Adaptado de: Failla, 2012.

Nota - Base: Foram considerados todos os entrevistados

A influência da escola nos hábitos de leitura dos brasileiros é marcante. *Retratos da Leitura* constatou que os estudantes leem mais que o dobro em relação àqueles que não estudam. Possivelmente, na fase escolar os livros lidos a pedido dos professores, aliada à necessidade de leitura de outras obras para a realização dos “trabalhos escolares”, são fatores que elevam a taxa de leitura. O desafio está na permanência do ato da leitura entre aqueles que não estudam. Os dados são apresentados no quadro a seguir.

Quadro 3 - Número de livros lidos por habitante/ano entre os que estudam e os que não estudam

2007	2011	Estudante
7,2	6,2	Estudante
3,4	2,3	Não estudante

Fonte - Adaptado de: Failla, 2012.

Nota - Base: Foram considerados todos os entrevistados

Quando mais escolarizado é o cidadão brasileiro, mais ele lê. Aqueles que possuem nível superior, por exemplo, em 2011, liam em média 7,7 livros por ano, ao passo que o cidadão com apenas o 4º ano de escolaridade lia somente 2,5 livros por ano.

Quadro 4 - Número de livros lidos por habitante/ano por escolaridade

2007	2011	Escolaridade
3,7	2,5	Até 4º
5,0	3,7	5º a 8º
4,5	3,9	Ensino Médio
8,3	7,7	Ensino Superior

Fonte - Adaptado de: Failla, 2012.

Nota - Base: Foram considerados todos os entrevistados.

A pesquisa revelou que quanto maior a renda familiar, mais livros são lidos por ano. Tais dados precisam ser analisados junto a outros indicadores. Failla (2012, p. 36), por exemplo, afirma que ocorreu aumento na compra de livros, mas não houve uma ampliação na compra de livros ou mesmo nos índices de leitura pela classe média, ou seja, os leitores permaneceram os mesmos, praticamente. A queda do preço dos livros e a variedade de novos lançamentos talvez sejam os motivos para o aumento das vendas. O crescimento da renda familiar nem sempre vem acompanhado pelo aumento no consumo de bens culturais. Os dados sobre a relação entre renda familiar e leitura são apresentados no quadro a seguir.

Quadro5 - Número de livros lidos por habitante/ano de acordo com a renda familiar

2007	2011	Renda familiar (SM)
8,0	8,6	Mais de 10
6,0	5,1	Mais de 5 a 10
4,9	4,2	Mais de 2 a 5
3,9	2,9	Mais de 1 a 2
3,7	2,7	Até 1

Fonte - Adaptado de: Failla, 2012.

Nota - Base: Foram considerados todos os entrevistados.

Resumidamente, a pesquisa *Retratos da Leitura*, 3ª edição, constatou que:

- O índice de penetração de leitores oscilou negativamente, da 2ª edição, realizada em 2007, para esta, passando de 55% para 50%.
- Essa oscilação ocorreu em praticamente todas as regiões brasileiras, com exceção no Nordeste, onde permaneceu estável.

N 55% → 47%
 NE 50% → 51%
 CO 59% → 43%
 SE 59% → 50%
S 53% → 43%

- O que ajuda a explicar a atual posição do Nordeste frente às demais regiões é o grande número de pessoas estudando atualmente, sobretudo nas faixas etárias onde a leitura é considerada mais frequente (dos 5 aos 17 anos, período escolar).
- Além disso, houve uma parcela expressiva de moradores nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que declara ser leitora de livros indicados pela escola e outra parcela leitora de livros apenas parcialmente, sobretudo no Nordeste e Centro-Oeste. Em contraponto com a região Sul e Sudeste que leram mais livros inteiros e também por iniciativa própria. Os novos critérios de composição do índice contribuíram então para o desempenho do NE, onde há maior proporção de leitura de livros escolares e em partes.
- Assim como nas edições anteriores, a pesquisa confirma as principais correlações com a leitura: escolaridade, classe social e ambiente familiar. Quanto mais escolarizado ou mais rico é o entrevistado, maior é a penetração da leitura e a média de livros lidos nos últimos 3 meses. (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2012, p. 143, grifo nosso).

A pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, 3ª edição, merece uma leitura atenta especialmente por parte dos gestores públicos e pelos agentes da sociedade civil promotores da cultura.

1.2 AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS CATARINENSES

A biblioteca é uma casa de cultura e saber que permite aos cidadãos o acesso ao conhecimento humano registrado e os inspira à prática permanente da leitura, ao aprendizado contínuo e à criação. Realiza processos planejados de seleção de informações, tratamento e disseminação desses conteúdos. Influi diretamente - e beneficemente - no crescimento intelectual e na saúde dos indivíduos e, por isso, no desenvolvimento das sociedades.

As bibliotecas não são iguais entre si e seus acervos e serviços variam conforme o público que atendem e a instituição ao qual estão vinculadas. As bibliotecas públicas, por exemplo, objetivam:

atender por meio do seu acervo e de seus serviços, os diferentes interesses de leitura e informação da comunidade em que está localizada, colaborando para ampliar o acesso à informação, à leitura e ao livro, de forma gratuita. Atende a todos os públicos, bebês, crianças, jovens, adultos, pessoas da melhor idade e pessoas com necessidades especiais. É considerada equipamento cultural e,

portanto, está no âmbito das políticas públicas do Ministério da Cultura (MinC). É criada e mantida pelo Estado (Município, Estado ou Federação). (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2013).

Realizada em 2013 pelo IBGE, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) constatou que as bibliotecas públicas estão em 97% dos municípios brasileiros, ou seja, é o equipamento cultural mais presente no cenário nacional (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2014).

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) divulgou em 2014 que o Brasil possui 6.060 bibliotecas públicas em 5.453 municípios (é 5.570 o total de municípios brasileiros). Os dados são apresentados a seguir:

Quadro6 - Quantidade de bibliotecas públicas no Brasil.

Total de bibliotecas públicas (2014)	Total de municípios brasileiros	Grandes Regiões Brasileiras
1.932	1.668	Região Sudoeste
1.845	1.794	Região Nordeste
1.272	1.188	Região Sul
512	449	Região Norte
499	466	Região Centro-Oeste
6.060 (em 5.453 municípios)	5.565	TOTAL

Fonte - Adaptado de: Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, 2014; IBGE, 2013.

A Região Sul ocupa a terceira posição no quadro. E embora as Regiões Norte e Centro-Oeste sejam as últimas colocadas, o número de bibliotecas públicas superou o número de municípios. Em pesquisa publicada pelo IBGE (2013), Santa Catarina conta com 289 bibliotecas públicas, sendo que o estado possui 295 municípios (mas, na época da pesquisa, contava com 293). Ou seja, seis municípios catarinenses não possuem este equipamento cultural. O Paraná apresenta cinco municípios sem bibliotecas (399 municípios para 384 unidades) e Rio Grande do Sul, três municípios sem bibliotecas (496 municípios para 493 unidades).

Os prejuízos vão além da falta de livre acesso da população aos livros. O Ministério da Cultura (MinC), por meio da Portaria MinC nº 117, de 1º de dezembro de 2010, decretou que o município brasileiro que não possuir uma biblioteca pública em pleno funcionamento não receberá recursos deste ministério.

Colabora para o panorama das bibliotecas públicas catarinenses a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), encomendada pelo MinC, intitulada 1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais. Todos os municípios brasileiros foram analisados no segundo semestre de 2009. Sobre as bibliotecas da Região Sul, constatou-se que:

Em 2009, 89% dos municípios do Sul do Brasil possuíam ao menos uma biblioteca aberta, o que corresponde a 1.128 bibliotecas em 1.055 municípios. O índice é superior à média nacional (79%). Em 5% dos casos, as BPMs ainda estão em fase de implantação ou reabertura e 6% estão fechadas, extintas ou nunca existiram. Considerando aquelas que estão em funcionamento, a região é a que tem mais BPMs por 100 mil habitantes (4,06), enquanto a média brasileira é 2,67. (FGV, 2010a, p. 1).

A seguir, outros dados do *Censo*.

Quadro 7 - Dados sobre as bibliotecas públicas municipais brasileiras.

Paraná	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Região Sul	Nacional	
3,86	4,0	4,5	4,06	2,67	Média de BPMs por 100 mil habitantes
6% até 2000. 32% 2001 até 5000. 30% 5001 até 10000. 32% Mais de 10000	8% até 2000. 31% 2001 até 5000. 26% 5001 até 10000. 36% Mais de 10000	9% até 2000. 35% 2001 até 5000. 29% 5001 até 10000. 27% Mais de 10000	7% até 2000. 32% 2001 até 5000. 28% 5001 até 10000. 32% Mais de 10000	13% até 2000. 35% 2001 até 5000. 26% 5001 até 10000. 25% Mais de 10000	Quantidade do acervo em volumes
--	--	--	72% doação 28% compra	83% doação 17% compra	Modo de aquisição do acervo
411	293	349	351, só perde para Sudeste (421)	296	Média de empréstimo de livros por mês
62%	60%	87% (lidera ranking nacional)	65%	45%	BPMs com internet
43%	36%	62% (atrás só do DF = 80%)	45%	29%	BPMs com internet ofertada aos usuários
1,9	1,6	1,0	1,6 vezes	1,9 vezes	Média de frequência semanal dos

					usuários
61% Pesquisa escolar 31% Pesquisa geral 7% Lazer	51% Pesquisa escolar 31% Pesquisa geral 18% Lazer	57% Pesquisa escolar 28% Pesquisa geral 14% Lazer	57% Pesquisa escolar 30% Pesquisa geral 13% Lazer	65% Pesquisa escolar 26% Pesquisa geral 8% Lazer	Tipo das pesquisas dos usuários
100% diurno 20% noite 100% de segunda a sexta 16% sábados 3% domingos 16% sábado	99% diurno 11% noite 99% de segunda a sexta 12% sábado 0% domingos	98% diurno 23% noite 100% de segunda a sexta 6% sábado 0% domingos	99% diurno 18% noturno 100% de segunda a sexta 12% sábados 1% domingos	99% diurno 24% noturno 99% de segunda a sexta 12% sábados 1% domingos	Funcionamento
88% mulheres. 61% nível superior 40,6 idade (média) 3,5 funcionários (média)	86% mulheres. 64% Nível superior. 38,9 idade (média) 3,0 funcionários (média)	90% mulheres. 59% nível superior 38,8 idade (média) 2,4 funcionários (média)	88% mulheres 62% nível superior. 39,5 idade (média) 3 funcionários (média)	84% mulheres. 57% nível superior. 41,2 idade (média) 4,2 funcionários (média)	Perfil dos dirigentes das BPMs e quantidade de funcionários.
26% serviços para deficientes visuais. 7% outras deficiências	6% serviços para deficientes visuais. 3% outras deficiências	12% serviços para deficientes visuais. 13% outras deficiências	15% serviços para deficientes visuais 7% outras deficiências	9% serviços para deficientes visuais. 6% outras deficiências	Serviços para pessoas com deficiência
--	--	--	157 m ²	177 m ²	Média de área física
--	--	--	12%	12%	Atividades de extensão

Fonte - Adaptado de: FGV, 2010b.

Como se pode observar, os dados de 2014 do SNBP indicam aumento do número de bibliotecas abertas e aumento no número de municípios com bibliotecas. Além disso, Santa Catarina possui a 2ª maior média brasileira de bibliotecas públicas por 100 mil habitantes. É o primeiro estado da Região Sul com bibliotecas de até 2.000 volumes, mas é o último com bibliotecas acima de 10.000 mil volumes, ainda que fique acima da média nacional. Fica em 2º lugar na Região na média de empréstimos mensais e em

último lugar na Região Sul em número de visitas semanais dos usuários às bibliotecas

A maioria das unidades catarinenses não abre à noite, poucas abrem aos sábados e nenhuma, aos domingos. A biblioteca pública não deve ser encarada como um departamento público similar aos outros setores de uma prefeitura, com horários de funcionamento em período comercial, apenas. É preciso dar condições para que a população adulta, por exemplo, tenha a possibilidade de frequentar os espaços da biblioteca em horários alternativos. Tal medida daria maiores opções de cultura à população, só para citar alguns benefícios.

Em se tratando de serviços para pessoas com deficiência, Santa Catarina fica em 2º lugar ao promover serviços para cegos na Região Sul, e em 1º lugar ao promover serviços para pessoas com outros tipos de deficiências. São indicadores acima da média nacional, ainda assim muito baixos, indicando a necessidade de maiores investimentos (acervo, mobiliários, equipamentos e treinamento) que promovam a *acessibilidade* nas bibliotecas catarinenses.

Os usos da biblioteca pela população brasileira também foram detalhados na pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, cuja metodologia foi brevemente descrita em capítulo anterior. Nos próximos parágrafos são apresentados alguns resultados da pesquisa.

Quadro 8 - Retratos da Leitura no Brasil: informações sobre bibliotecas.

Os dados **grifados** correspondem à 3ª edição da pesquisa, de 2011, e os dados sem grifo correspondem a sua 2ª edição, de 2007.

		Não frequentam biblioteca: 76%	Frequentam biblioteca: 24% (44,1 milhões, sendo que 70% estão estudando)	Penetração do uso de biblioteca
Outras 2 respostas tabuladas de menor porcentagem	Comunitária: 2%	Pública: 50%	escolar/universitária: 64%	Que tipo de biblioteca você frequenta? (base: frequentam biblioteca)
		Masculino: 45%	Feminino: 55%	Sexo do usuário frequentador de biblioteca
Outras 4 respostas tabuladas de menor porcentagem	30 a 39: 11%	18 a 24: 15%	05 a 17: 55%	Idade do usuário frequentador de biblioteca
		Não está estudando: 30%	Está estudando: 70% (30, 9 milhões)	Estudante ou não, entre os usuários frequentadores de biblioteca

Não-alfabetizados formal: 2%	Ensino Superior: 19%	Ensino Médio: 24%	Até 4ª série do Fund.: 27% ; 5ª a 8ª série do Fund.: 27%	Escolaridade do usuário frequentador de biblioteca
Sul: 14%	Norte e Centroeste: 18%	Nordeste: 24%	Sudeste: 43%	Região brasileira do usuário frequentador de biblioteca
	Classe D/E: 14%	Classe A/B: 36%	Classe C: 50%	Classe social do usuário frequentador de biblioteca
Outras 3 respostas tabuladas de menor porcentagem	Emprestados por bibliotecas e escolas: 26% , 34%	emprestados por outras pessoas: 30% , 45%	Comprados: 48% , 45%	Principais formas de acesso aos livros (base: leitor)
Outras 6 respostas tabuladas de menor porcentagem	Em bibliotecas: 12% , 12%	Na sala de aula: 33% , 35%	Em casa: 93% , 86%	Lugares onde costuma ler livros (base: leitor)

Fonte - Adaptado de: Failla, 2012.

Entre os entrevistados que já compraram livros (78,3 milhões), foi perguntado o que a biblioteca para eles representa. Das 12 categorias de respostas obtidas, a maioria a compreende como um lugar para estudar (71%), para fazer pesquisa (61%) e voltado aos estudantes (28%). Apenas 2% a compreendem como um lugar para acessar a internet.

Já entre os usuários que não vão com frequência às bibliotecas (164,8 milhões), foi perguntado que os fariam frequentá-las: 20% ter mais livros novos, 17% ser mais próxima ou de fácil acesso, 13% ter mais títulos interessantes, 11% ter atividades culturais, 10% ter internet, 7% ter melhor disposição dos livros, 8% ter horários de funcionamento ampliados, 5% ter ambientes mais parecidos com livrarias, 5% ter um ambiente mais agradável, 3% ter um bom bibliotecário, 33% nada faria frequentar bibliotecas, 5% não sabe.

A análise dos dados da pesquisa *Retratos da Leitura*, 3ª edição, permite constatar que a maioria da população brasileira não frequenta bibliotecas. E entre aqueles que o fazem, a maioria são jovens realizando pesquisas para trabalhos escolares. Esta também é a realidade de Santa Catarina, conforme é possível verificar nos dados apresentados no Quadro 2, em *Tipos das pesquisas dos usuários*.

Em comparação com os dados de 2007, as principais formas de acesso ao livro mantiveram-se as mesmas, mas houve aumento da porcentagem de *livros comprados*, e diminuição de livros emprestados por *outras pessoas* e por *bibliotecas*.

As bibliotecas catarinenses têm seus acervos ampliados por meio de doações. São livros e outros materiais usados que as pessoas, por não os quererem mais em suas casas - mas com reservas à ideia de jogar livros no lixo -, os entregam à guarda das bibliotecas. As doações não devem ser a única forma de crescimento do acervo, pois a pesquisa *Retratos da Leitura* constata que a falta de investimentos constantes na compra de livros novos afasta os leitores.

Muitos dos entrevistados também afirmaram que frequentariam mais a biblioteca se ela fosse mais próxima ou de fácil acesso. Sabe-se, empiricamente, que poucas cidades oferecem o serviço de bibliotecas móveis: ônibus ou barcos que levam os livros ou computadores até os bairros distantes da cidade. E centenas de prefeituras possuem somente uma biblioteca pública municipal, como é o caso de Florianópolis, que para os seus pouco mais de 420 mil habitantes oferece apenas uma unidade, a Biblioteca Pública Municipal Professor Barreiros Filho, localizada no bairro Estreito, região continental.

Os dados coletados pelo *1º Censo* também abordam a oferta de *internet* aos usuários. As bibliotecas públicas, enquanto centros culturais conectados à sociedade atual, devem oportunizar o acesso à *internet* a todos e utilizar os recursos de informática de forma integrada às suas atividades. Este tema foi aprofundado em outra pesquisa, intitulada *Uso de tecnologias de informação e comunicação em bibliotecas públicas no Brasil*, de 2013, planejada pela Fundação Pensamento Digital, Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e Fundação Bill e Melinda Gates. Por meio de amostragem, cerca de 20 bibliotecas públicas foram visitadas, de diferentes cidades do Brasil, além de entrevistados seus usuários frequentadores e gestores de sistemas de bibliotecas.

A pesquisa *Uso das tecnologias* citou os trabalhos do Comitê Gestor da Internet no Brasil, que realizou levantamento sobre o uso da *internet* pela população brasileira. Algumas constatações do Comitê Gestor da Internet:

Entre os brasileiros considerados usuários de *internet*, o local mais comum para acesso à rede é o domicílio (67%), seguido pelo local de trabalho (29%), casa de outra pessoa e centros de acesso pagos ambos com 28%, escola (16%), via celular em qualquer local (15%), e centros de acesso gratuitos (6%). A partir desses dados conclui-se que 34% dos usuários brasileiros acessam a *internet* em centros públicos de acesso, sejam eles pagos (cibercafés ou lanhouses) ou gratuitos (telecentros, bibliotecas).

Analisando especificamente a população menos favorecida, **Classes sociais D e E**, o cenário inverte - se consideravelmente: **69 % dos usuários acessa internet em centros públicos de acesso (60% em centros pagos e 9% em centros gratuitos)**, 33% na casa de outra pessoa, 21% em sua residência, 19% na escola, 13% via celular e apenas 9% no trabalho.(2012 apud FUNDAÇÃO PENSAMENTO DIGITAL, 2013, p. 10-11, grifo do autor).

Embora o trabalho do Comitê Gestor da Internet no Brasil constate que há um aumento gradual do acesso à internet nos domicílios em detrimento do acesso em locais públicos (considerando aí apenas o grupo que já acessa a internet), observa-se que as instituições que oferecem acesso público à rede desempenham importante papel na democratização do acesso à informação digital, especialmente nas classes de baixa renda.

Por fim, o relatório da pesquisa *Uso das tecnologias* aponta que:

as bibliotecas integrantes da amostra são importantes para as comunidades onde estão inseridas em vários sentidos. As atividades voltadas à **promoção de leitura** se constituem como o serviço mais procurado pelo público infantil. O uso do **espaço de leitura** e uso do **serviço de Internet wifi** atraem o público jovem que se **prepara para concursos ou estuda para faculdade**. A **leitura de periódicos e a consulta local** a outros materiais atende a preferência de usuários adultos. O **uso de internet** a partir de computadores oferecidos pelas bibliotecas é bastante procurado, porém estes usuários formam um grupo distinto e não costumam usufruir dos demais serviços oferecidos pela biblioteca. Ações para **preservação de memória e estímulo a escritores** também se configuram como destaques nos serviços prestados por algumas bibliotecas visitadas (FUNDAÇÃO PENSAMENTO DIGITAL, 2013, p. 29, grifo do autor).

Ao longo dessa pesquisa, descobriu-se que as bibliotecas possuíam computadores que estavam à disposição dos usuários para acesso à internet e outros recursos, porém esses equipamentos não estavam integrados de forma estratégica às ações de leitura ou outras práticas culturais, lúdicas ou educacionais das unidades analisadas. E as equipes que monitoravam os computadores (que são telecentros em muitos casos) não se envolviam com a equipe da biblioteca, e vice-versa. Vale destacar que a pesquisa tomou por base uma amostra com bibliotecas da zona urbana e zona rural com acesso à internet, entre outros critérios. A Região Sul foi representada por uma biblioteca pública de Tramandaí e duas de Porto Alegre; nenhuma de Santa Catarina.

O cenário apresentado evidencia que as bibliotecas públicas catarinenses, de forma geral, têm um longo caminho a percorrer até alcançarem o *status* de centro cultural dinamizador de suas comunidades. Algumas unidades, no entanto, sobressaem e dão bons exemplos de serviços de incentivo à leitura, promoção de eventos e cursos,

organização de acervo, entre outros. É o caso da Biblioteca Municipal Dr. Fritz Müller, em Blumenau; Biblioteca Municipal Rui Barbosa, de Jaraguá do Sul; Biblioteca Municipal Professor Barreiros Filho, em Florianópolis; Biblioteca Pública Cônego João Reitz, em Sombrio; Biblioteca Municipal Machado de Assis, em Balneário Camboriú; Biblioteca Pública Municipal e Escolar Norberto Cândido Silveira Júnior, em Itajaí.

1.2.1 Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas

As bibliotecas públicas catarinenses têm o apoio do Sistema de Bibliotecas Públicas de Santa Catarina (SBPSC). Criado em 1986, tem como objetivo “implantar, expandir, modernizar e prestar assessoria a bibliotecas públicas em todos os municípios do Estado”. Em 2008, a partir do decreto estadual n. 1.572, a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) passou a coordenar suas atividades.

O SBPSC obteve significativos avanços entre 2012 e 2013. Foram realizadas várias oficinas de capacitação para os agentes de Bibliotecas Públicas, em todas as regiões do Estado, por meio de parceria com a Federação Catarinense de Municípios. Foram distribuídos mais de 14.000 livros para as bibliotecas públicas, diretamente pela FCC ou por meio de parceria com as Associações de Municípios, obras recebidas do SNPB, publicadas pela FCC e doações de outras instituições. A abertura de concurso público e posterior designação de servidores para atuar no *Sistema* foram fatores determinantes para o fortalecimento do SBPSC.

Em 2014, a principal atividade do SBPSC foi a execução do convênio realizado entre FCC e MinC em 2009, tendo por objeto a implementação descentralizada de ações do *Programa Mais Cultura* no estado de Santa Catarina, mediante a modernização de 26 Bibliotecas de pequeno porte, com um valor total de R\$ 1.430.000,00, sendo 50% uma contrapartida da FCC.

O SBPSC tem muitos desafios a enfrentar. Ainda não dispõe de recursos, equipe e infraestrutura suficientes para assessorar adequadamente as unidades de informação catarinenses. Entre os seus principais desafios estão: estabelecer políticas públicas de longo prazo para a área de bibliotecas públicas; promover o comprometimento do corpo técnico das bibliotecas públicas; reformular o decreto que institui o Sistema e estabelecer normas complementares ao decreto, definindo as condições para sua operacionalização; montar uma infra-estrutura adequada para seu pleno funcionamento; estruturar uma equipe técnica.

1.2.2 Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

Com 159 anos de história, a Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPSC) é uma das mais importantes instituições culturais do estado. Atua como depositária legal das obras publicadas em Santa Catarina e possui um dos acervos de periódicos mais importantes do Brasil. Está localizada no coração de Florianópolis, na Rua Tenente Silveira, Centro, número 343.

Em 2009, Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) e a FCC lançaram concurso público nacional de anteprojeto de readequação e arquitetura de interiores para o prédio da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPSC). O concurso foi organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil - Santa Catarina (IAB-SC). Os finalistas foram classificados, premiados (1º prêmio, R\$ 30 mil; 2º prêmio, R\$ 15 mil; 3º prêmio, R\$ 5 mil) e o resultado foi divulgado em 2010. No entanto, passados quatro anos, ainda não há previsão para o início das obras.

Os catarinenses ainda não puderam usufruir do movimento de revitalização das bibliotecas públicas que está ocorrendo em outros estados do Brasil. A partir das boas experiências do Chile e da Colômbia, São Paulo e Rio de Janeiro inauguraram suas “bibliotecas parque” a partir de 2010, com arquitetura moderna, decoração arrojada, excelente equipe e infraestrutura. São espaços de convivência, de usufruto dos livros, da tecnologia e de variadas formas de produção artística.

A Biblioteca de São Paulo, por exemplo, foi construída dentro do Parque da Juventude, área verde muito utilizada para prática de esportes e passeios. Até 2002, neste mesmo local funcionava a Casa de Detenção de São Paulo (ou Presídio do Carandiru). Já o Rio de Janeiro inaugurou em 2010 a Biblioteca Parque de Manguinhos; em 2012, a Biblioteca Parque da Rocinha; e, em 2014, foi reaberta a Biblioteca Pública do Estado do Rio do Janeiro.

Em 2013 ocorreram importantes conquistas para a BPSC. Em novembro deste ano, houve o lançamento de seu catálogo *on-line* para pesquisas ao seu acervo <<http://sabio.biblioteca.sc.gov.br/sabio/>>, que possui mais de 115.000 volumes. E, no mesmo mês, a sociedade pode usufruir da sua Hemeroteca Digital, que disponibilizou a todos, através da *web* <<http://hemeroteca.biblioteca.sc.gov.br/HEMO.html>>, parte do seu acervo histórico de periódicos.

1.3 BIBLIOTECAS ESCOLARES CATARINENSES

A biblioteca escolar objetiva:

atender os interesses de leitura e informação da sua comunidade e trabalha em consonância com o projeto pedagógico da escola a qual está inserida. Atende prioritariamente alunos, professores, funcionários da unidade de ensino, podendo também ampliar sua ação para atender os familiares de alunos e a comunidade moradora do entorno. Está localizada dentro de uma unidade de ensino pré-escolar, fundamental e/ou médio. (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2013).

As escolas da Educação Básica brasileira (Ensino Fundamental e Ensino Médio) são beneficiadas com dois importantes programas do Governo Federal de distribuição gratuita de livros: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE). O primeiro entrega os livros didáticos escolhidos pelos professores, e o segundo repassa livros de literatura dos mais variados a todas as unidades escolares.

Um importante estudo intitulado *Avaliação das bibliotecas escolares no Brasil* foi executado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e publicado em 2011. Alguns de seus resultados são apresentados aqui, especialmente os referentes à realidade catarinense. A pesquisa tomou por base uma amostra obtida por meio de procedimentos estatísticos rigorosos, resultando em 200 escolas analisadas em cinco estados (Acre, Bahia, Goiás, Rio de Janeiro e Santa Catarina), representativas dos sistemas públicos estaduais, municipais e federais (pois ainda há escolas de ensino fundamental e médio mantidas pelo Governo Federal). Escolas das cidades de Florianópolis e São José representaram Santa Catarina na amostra.

O próximo quadro registra o quantitativo de escolas brasileiras que afirmam possuir bibliotecas. Esta foi a referência utilizada na pesquisa *Avaliação das bibliotecas escolares*.

Quadro 9 - Representação do peso regional de escolas de EF e/ou EM com biblioteca em 2007.

Peso regional %	Escolas			Regiões
	Com biblioteca ²	EF e/ou EM ¹	Total	
7,59	3.320	21.890	23.345	Norte
23,02	10.065	61.143	71.649	Nordeste
38,79	16.956	30.277	39.752	Sudeste
24,13	10.547	16.069	20.498	Sul
6,47	2.829	6.436	7.575	Centro-Oeste
100	43.717	139.765	162.819	Brasil

Fonte - Brasil, 2011.

Nota - ¹ Escolas de Ensino Fundamental e/ou Médio. ² Escolas de Ensino Fundamental e/ou Médio com bibliotecas.

A Região Sul ficou na 4ª posição em número de escolas no total geral, mas, entre as escolas com bibliotecas, subiu para a 2ª posição.

Em diversos momentos da pesquisa é mencionada a dificuldade, por parte dos entrevistados – professores, diretores, alunos – de **conceituar a biblioteca escolar** e de entender o alcance de seu papel da escola. Em alguns momentos a biblioteca era nomeada de “cantinho da leitura”, “sala de leitura”, entre outras designações. Os pesquisadores, por outro lado, ao visitarem as escolas, constatavam que, em muitos casos, espaços precários eram denominados *biblioteca escolar*. “Em maioria, são espaços improvisados que pouco permitem que os usuários pratiquem diferentes tipos de leitura. Quando há mesas coletivas, estas são usadas por alunos para ‘pesquisas escolares’ indicadas por professores.” (BRASIL, 2011, p. 63).

A leitura da pesquisa deixa evidente que a biblioteca escolar, historicamente, não recebeu o devido cuidado nem esteve inserida satisfatoriamente no contexto pedagógico escolar. Há falta de diálogo e as controvérsias surgem. Por exemplo, os pesquisadores fizeram a seguinte pergunta aos responsáveis pela biblioteca: *participação de projetos de melhoria impulsionados por administrações municipais, estaduais, por entidades autônomas ou pelo governo federal*. Em Santa Catarina, 85,0% responderam não e 6% responderam sim. Agora, quando uma pergunta semelhante foi feita aos diretores das escolas catarinenses, 14,6% responderam não e 83,3% responderam sim. Situações semelhantes ocorreram em outros estados.

Sobre a **gestão** das bibliotecas, constatou-se que há pouca participação, de forma geral, da comunidade escolar nas decisões sobre o planejamento e rumos dessas

unidades, decisões que ficam mais a cargo da direção e coordenação pedagógica. No entanto, os responsáveis pela biblioteca são estimulados a participar de reuniões com a equipe de ensino e a lhes auxiliar na preparação de atividades, ao passo que o professorado também contribui, muitas vezes, com as rotinas técnicas e pedagógicas da biblioteca (BRASIL, 2011). Informações mais detalhadas sobre os responsáveis pelas bibliotecas serão descritas no próximo capítulo.

Em relação às condições de **infraestrutura**, é importante registrar que as bibliotecas escolares visitadas eram muito mal sinalizadas, tanto interna quanto externamente. Em geral, tinham apenas uma placa na porta. Quanto ao barulho, na maioria dos casos não foram encontradas interferências significativas. Sobre a limpeza, foram bem avaliadas. Infelizmente, as unidades necessitam de investimentos para se adequarem às normas de acessibilidade:

Mesmo com percentual de resposta de 69,7% das bibliotecas com boa localização no prédio escolar, destaca-se que essa localização não favorece pessoas com necessidades especiais. Não há rampas de acesso em 85,5% das escolas, e em 69,9% não é possível o acesso a deficientes físicos ou cadeirantes, excetuando-se uma escola com elevador para atender a alunos com necessidades especiais de locomoção. (BRASIL, 2011, p. 75).

A arquitetura das bibliotecas não estava adaptada em termos de segurança: “menos de 10% das bibliotecas escolares no Rio de Janeiro e em Santa Catarina apresentam saídas de emergência, não havendo o dispositivo nas bibliotecas do Acre, de Goiás e da Bahia. No Rio de Janeiro, apenas 52,6% das bibliotecas têm extintor de incêndio, e, em Santa Catarina, 50%”. (BRASIL, 2011, p. 77-78).

Sobre os **equipamentos de informática**, ele “começam, de maneira tênue, a ter presença nas bibliotecas das escolas públicas pesquisadas, mesmo que ainda mereçam melhor compreensão quanto aos usos que a comunidade escolar fará dessas ferramentas” (BRASIL, 2011, p. 79). Aos alunos, foi perguntado: *Você pode conectar-se à internet na biblioteca da escola?* Em Santa Catarina, 24,2% disseram sim e 75,8% disseram não, foi o maior índice positivo entre todos os estados. Os alunos consideram ruins os computadores e conexões com a *internet* da biblioteca, quando há, o que em parte explica o não uso da rede virtual (BRASIL, 2011, p. 92).

A **organização dos livros** é realizada de forma manual, sem o uso de catálogos informatizados, em sua maioria.

O **empréstimo de livros** é o serviço mais solicitado nas bibliotecas escolares, mas seu

uso, assim como o de outros serviços, não ocorre de forma igual entre os usuários. Entre os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, a atividade mais realizada na biblioteca é a leitura literária. Já entre os alunos do 9º ano, é a pesquisa escolar.

Os alunos catarinenses do 5º ano *vão só algumas vezes à biblioteca*, e os alunos do 9º ano *vão uma ou duas vezes por semana*. Padrão semelhante foi verificado em outros estados. Os alunos talvez não apareçam na biblioteca com enorme frequência, mas, no entanto, quando perguntado se *você gosta da biblioteca da sua escola*, os alunos do 5º ano disseram sim em 97,5% das situações, e os alunos do 9º ano responderam, para uma pergunta semelhante, muito bom em 33,3%; bom em 30,2%; regular em 20,1%; ruim em 8,5%. Padrão similar foi verificado nos outros estados (BRASIL, 2011, p. 97).

Em variados momentos, os pesquisadores exaltaram o importante papel da biblioteca escolar na **formação de novos leitores**. Contudo, não encontraram muitos exemplos de boas práticas de incentivo à leitura:

[...] sempre apareceram como iniciativas individuais de professores ou de pequenos grupos de professores e alunos, muito mais como alternativas metodológicas em casos de evasão ou indisciplina, por exemplo, do que propriamente como projeto de educação.

Os poucos bibliotecários encontrados, ao fazerem menção a rotinas e tarefas, destacavam a catalogação, a organização do acervo, o atendimento ao usuário, uma futura informatização, como atividades que desenvolviam ou deveriam desenvolver. Em poucas ocasiões houve referência ao desenvolvimento de atividades pedagógicas ligadas à implantação de projetos de incentivo à leitura a partir da biblioteca escolar.” (BRASIL, 2011, p. 65).

Por fim, os pesquisadores registram que as bibliotecas escolares estão passando por mudanças positivas. A realidade de 15 anos atrás é muito diferente da atual. Contribuiu para o quadro o movimento pela democratização do ensino nos anos 1990 e os programas e incentivos do Governo. Indicam que os cursos de Biblioteconomia deveriam adaptar seus currículos incluindo as facetas de dinamizadores e promotores da leitura para os bibliotecários. Ressaltam, também, a importância em se debater o conceito e o papel real que a biblioteca escolar deve desempenhar na sociedade.

1.4 PROFISSIONAIS QUE ATUAM NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ESCOLARES CATARINENSES

Sobre a equipe de colaboradores das bibliotecas públicas, a maioria dos dirigentes são mulheres com nível superior, conforme dados do *1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais*. Pedagogia e Biblioteconomia são os cursos de graduação de

grande parte dos dirigentes dessas instituições, cursos esses cujos ingressantes no vestibular são historicamente mulheres, em sua maioria. Em Santa Catarina, 59% dos dirigentes possuem nível superior, 40% possuem nível médio e 1% o nível fundamental II. No Paraná, 61% têm nível superior. No Rio Grande do Sul, 64% (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010b). Mais informações são apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 10—Graduação dos dirigentes das bibliotecas públicas brasileiras.

Regiões					Total	
S	SE	CO	N	NE		
21	13	25	26	17	18	Pedagogia
7	22	4	4	5	11	Biblioteconomia
6	6	9	5	8	7	Letras
3	3	4	2	4	4	História

Fonte - Fundação Getúlio Vargas, 2010b.

Os bibliotecários não formam a maioria dos dirigentes das bibliotecas públicas catarinenses. Ainda que faltem dados numéricos, esse fato pode explicar, em parte, o baixo índice de aquisições por compra, já que tais profissionais participariam com mais frequência de editais nacionais e estaduais para modernização de bibliotecas. Além disso, uma rápida pesquisa na *web* permite constatar que a esmagadora maioria das bibliotecas públicas catarinenses não possui uma *homepage* com informações básicas sobre a unidade, catálogo *on-line* para consulta ao acervo nem *softwares* para controle de empréstimo, devolução ou emissão de relatórios para gerenciamento das unidades. Da mesma forma, não se conhece a respeito das atividades culturais promovidas pelas unidades. Constata-se que, nos últimos anos, algumas prefeituras do estado abriram concursos públicos para o cargo de bibliotecário, no entanto, boa parte das bibliotecas públicas ainda são administradas de forma amadora, não se transformaram em centros culturais e estão desconectadas das modernas concepções de biblioteca.

Em relação aos profissionais que atuam em bibliotecas escolares, a maioria são professores, conforme verificou a pesquisa (BRASIL, 2011 p. 84). É uma situação que gera problemas de ordens variadas. Ocorre, por exemplo, que o docente alocado na biblioteca é chamado para substituir a falta de algum colega, e, por isso, é reconduzido à sala de aula. Como consequência, para manter o funcionamento da biblioteca há revezamento de professores, agendamento para uso da biblioteca ou diminuição do

horário de atendimento ao público. São situações que prejudicam a evolução dos trabalhos desenvolvidos na biblioteca (estímulo à leitura, organização do acervo, entre outros) e claramente refletem a falta de entrosamento dos serviços de informação dentro do ambiente escolar. Pelo menos a metade dos responsáveis pela biblioteca não receberam formação alguma para o cargo, praticamente, “o que pode determinar práticas pouco adequadas de trabalho nas bibliotecas escolares, seja no atendimento aos usuários, na formação de leitores ou na organização do acervo.” (BRASIL, 2011, p. 84). Foi constatado também: que os professores da sala de aula e representantes das famílias contribuem na organização da biblioteca, que em todos os estados quase a metade dos responsáveis pela biblioteca estava nesta função há pelo menos quatro anos.

Constatou-se que, em Santa Catarina, 34,8% das escolas com bibliotecas possuíam um profissional com formação específica em Biblioteconomia e Documentação (BRASIL, 2011), e sobre esse dado é necessário informar que compuseram a amostra da pesquisa algumas escolas da rede municipal de educação de Florianópolis, e praticamente todas elas possuem um profissional bibliotecário atuando em cada unidade já há muitos anos. Infelizmente, esta não é a realidade de todos os municípios catarinenses. O Governo do Estado de Santa Catarina, por exemplo, não possui profissionais bibliotecários atuando em nenhuma das pouco mais de mil escolas da rede estadual. Em alguns municípios do Estado verificou-se que ocorreu, nos últimos anos, a contratação de bibliotecários para trabalharem em bibliotecas públicas.

Em Santa Catarina, há dois cursos de graduação em Biblioteconomia, um ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e outro pela Universidade de Estado de Santa Catarina (UDESC). Juntos, abrem anualmente 120 vagas no vestibular. Ambos completaram 40 anos de funcionamento em 2013. No Brasil, há 40 cursos de Biblioteconomia em funcionamento (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL, 2010).

Segundo dados fornecidos pelo Conselho Regional de Biblioteconomia 14ª Região (jurisdição de Santa Catarina), há 1.435 bibliotecários registrados, dos quais 807 estavam ativos até abril de 2014. A maioria desses profissionais atua em bibliotecas universitárias (CUNHA et al., 2004), situação que se repete em outras regiões brasileiras.

Nos últimos anos, observaram-se instituições de ensino superior particulares que abriram novos cursos de Biblioteconomia, que, por razões desconhecidas, não tiveram continuidade. No entanto, há importantes iniciativas em andamento visando ao aumento

do número de profissionais qualificados no mercado de trabalho na área de informação: a Universidade Aberta do Brasil, em parceria com o Conselho Federal de Biblioteconomia, lançaram em 2010 os preparativos para um curso de graduação à distância em Biblioteconomia, que até abril de 2014 estava em fase de preparação do material didático. E no Congresso Nacional tramita um projeto de lei para o cargo de técnico em Biblioteconomia.

É necessário esclarecer que uma biblioteca dinâmica se constrói a partir da contribuição de diferentes profissionais: historiadores, jornalistas, agentes de leitura, *designers*, assistentes sociais, escritores, contadores, administradores, entre outros, a depender das necessidades do público. Todos eles promovem o desenvolvimento da biblioteca.

É evidente, também, a contribuição que cidadãos, não bibliotecários, mas amantes da literatura e conscientes do poder transformador da leitura, deram à sociedade catarinense ao abrirem bibliotecas comunitárias dinâmicas, com rico acervo e programação cultural diversificada. É o caso, por exemplo, dos participantes da Sociedade Amantes da Leitura, que mantêm a Biblioteca Barca dos Livros desde 2007 no bairro Lagoa da Conceição, em Florianópolis. *Site* da biblioteca <<http://barcadoslivros.org/>>.

Outro destaque são os dirigentes do Instituto Caracol. Criado em 2010 na cidade de Navegantes, desde 2012 o instituto viaja por cidades com o projeto *Contêm Cultura*: um contêiner multiuso que se transforma em sala de cinema, sala de aula, sala de leitura, espaço para apresentações musicais, entre outras possibilidades. Em 2013, abriu a Biblioteca Comunitária Dona Ula. *Site* do Instituto Caracol: <<http://institutocaracol.org.br/>>.

A Biblioteca Barca dos Livros e o Instituto Caracol são organizações não governamentais que têm o desafio de se manterem por meio de leis de incentivo à cultura, patrocínios e doações de pessoas físicas e jurídicas.

1.5 EDITORAS, LIVRARIAS E A ECONOMIA DO LIVRO

A história da editoração de livros no Brasil é relativamente recente. O marco oficial das práticas editoriais brasileiras foi a fundação da Imprensa Régia, em 13 de maio de 1808. A partir daí, foram criadas diversas tipografias Brasil agora, em geral de qualidade duvidosa. Até início do século XX, era comum que livros de autores brasileiros fossem impressos na França e em Portugal, países com boa tradição em

tipografia. A dificuldade de comunicação com a Europa durante a Primeira Guerra Mundial, entre outros fatores, criou as condições para o desenvolvimento da indústria editorial brasileira (ARAÚJO, 2008).

O mercado editorial é complexo e envolve a atuação do governo, editores, autores, tradutores, tipógrafos, distribuidores, bibliotecários, livreiros e, claro, o leitor, só para citar alguns. As relações entre esses atores são afetadas diretamente pela saúde da economia, pelas políticas públicas para a educação, a lei de direito autoral, os níveis de alfabetização e cultura das classes sociais, entre outros fatores.

No Brasil, o principal comprador de livros é o Governo Federal (mais de 50% do total de vendas), que distribui gratuitamente livros didáticos para os estudantes das escolas públicas de nível Fundamental e Médio por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNDE) e livros de literatura através do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) (EARP; KORNIS, 2005). A comercialização de livros é livre de impostos, conforme assegura a constituição brasileira em seu artigo 150.

Segundo a pesquisa *Comportamento do setor industrial brasileiro em 2010*, elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas a pedido da Câmara Brasileira do Livro e Sindicato Nacional do Editores de Livros, e citada por EarpeKornis (2012, p. 145), no “Brasil há cerca de 750 empresas editando livros, das quais 498 se enquadram na definição de editora adorada pela UNESCO, ou seja, anualmente publicam pelo menos cinco títulos por ano, em um total de pelo menos 5 mil exemplares”.

Earp e Kornis (2012, p. 147) também apontam que houve redução no preço médio do livro, que, aliado ao aumento da renda do brasileiro, “incentiva um olhar otimista sobre o futuro do mercado editorial no longo prazo - desde que com isso não se abra espaço para discursos ufanistas que mascaram os problemas, que não são poucos”.

Rodrigues (2013), citando a mesma pesquisa, mas a sua edição de 2013, esclarece que em 2012 foram publicados 485 milhões de exemplares impressos no Brasil, um pouco menos que em 2011. Informações mais detalhadas são apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 11 - Publicações de livros no Brasil.

Exemplares impressos	Reimpressões	1ª edição	
485 milhões	36.681	20.792	2012
499 milhões	37.787	20.406	2011

Fonte – Adaptado de: Rodrigues, 2013.

Rodrigues (2013) também explica que em 2012 “foram comercializados, considerando mercado e governo, 434.920.064 exemplares em 2012 (-7,36%). Queda também na produção de títulos de autores brasileiros (de 53.506 para 51.905) e aumento nas traduções (de 4.687 para 5.568)”, e ainda: “as editoras brasileiras registraram faturamento de R\$ 4,98 bilhões em 2012, um aumento de 3,04% em relação ao ano anterior”. A autora mostra que o mercado de livros impressos obteve o pior faturamento da última década, enquanto que a venda de livros digitais cresceu 3,43% entre 2012 e 2011. A venda de livros digitais, porém, representara apenas 0,1% em relação ao faturamento de livros impressos. Um total de 47,4% das vendas de livros foram feitas por livrarias.

Sobre as editoras catarinenses, há pouquíssimas informações sistematizadas. Não foram encontradas pesquisas sobre o volume de vendas das editoras, tão pouco sobre a penetração dos livros catarinenses em outros estados, obras que se tornaram *bestsellers*, entre outras informações. Registra-se aqui nome de algumas editoras catarinenses com reconhecida tradição: Florianópolis: Ed. da UFSC, Ed. Cuca Fresca, Ed. Insular, Ed. Garapuvu, Ed. Expressão. Blumenau: Ed. da Furb, Ed. Vale das Letras. Joinville: Ed. Letradágua. Chapecó: Argos Editora da Unichapecó

A realidade das livrarias brasileiras, principal canal de vendas de livros ao público no Brasil, foi apresentada na pesquisa *Diagnóstico ANL do Setor Livreiro 2012*:

Quadro 12 - Distribuição geográfica das livrarias brasileiras.

2006	2009	2012	Região brasileira
15%	19%	16%	Sul
53%	56%	60%	Sudeste
20%	12%	15%	Nordeste
4%	6%	4%	Centro-Oeste
3%	4%	4%	Distrito Federal
5%	3%	2%	Norte

Fonte - Adaptado de: Associação Nacional de Livrarias, 2012.

Nota: Envio de 3.403 correspondências às livrarias, com retorno de 716 lojas.

As livrarias distribuem-se de forma muito desigual no território brasileiro. Como é possível observar no quadro acima, a maioria das livrarias brasileiras concentra-se na Região Sudeste.

Em 2012, a Região Sul ocupava a 2ª posição em número de livrarias, com números similares aos da Região Nordeste. As livrarias brasileiras possuem apenas uma loja em 62% dos casos, o que demonstra a importância das livrarias independentes. No entanto, entre 2009 e 2012, as grandes redes (com mais de 101 livrarias) abriram mais lojas que as redes intermediárias, que, por sua vez, encolheram em número de lojas abertas (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE LIVRARIAS, 2012).

A pesquisa ainda aponta outras características (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LIVRARIAS, 2012): 76% de livrarias comercializam livros religiosos; 15% das livrarias são especializadas na temática católica; verifica-se a tendência das livrarias em oferecer ambientes atrativos como espaços para leitura, para eventos e *cyber café*; apenas 12% das livrarias brasileiras não estão informatizadas; 27% das livrarias já comercializam conteúdo digital, e entre as empresas que não comercializam, 54% afirmaram que pretendem comercializar.

Ainda sobre a venda de livros, é necessário destacar o papel dos *sebos*. Empresas dedicadas à venda de livros usados, os *sebos* estão espalhados em todo o território brasileiro e contribuem sobremaneira para a circulação de obras impressas. A este respeito, merece destaque a iniciativa intitulada *Estante Virtual*, um *site* <<http://www.estantevirtual.com.br>> iniciado em 2005, que permite a pesquisa nos acervos de mais de 1.300 livreiros cadastrados. Isso significa o acesso à impressionante marca de 11 milhões de livros disponíveis para compra. São em torno de “2 milhões de leitores cadastrados que respondem por 11 mil livros vendidos diariamente” (ESTANTE VIRTUAL, 2014).

Os dados apontam para a consolidação da venda *on-line* de livros no Brasil. Nos *sites* das editoras ou de grandes redes de livrarias, os interessados podem adquirir obras impressas, que chegam por correio, ou então versões digitais, em formatos de arquivos *pdf* ou *epub*, por exemplo. Neste caso, imediatamente após a compra, o leitor já tem acesso à obra. Os livros usados são, em geral, mais baratos, o que contribui para o sucesso do *site* Estante Virtual. A pesquisa da Associação Brasileira de Livrarias (2012), no entanto, aponta que este estabelecimento ainda é o local preferido para a compra de livros entre os brasileiros.

Por fim, os dados estatísticos da Agência Brasileira de ISBN, vinculada à Biblioteca Nacional, permitem a compreensão - ainda que de forma não muito precisa - sobre a distribuição das casas publicadoras no território brasileiro. Esta agência é a responsável pela atribuição do *International Standard Book Number* (ISBN), criado em 1967 e

adotado internacionalmente em 1972. O Brasil passou a publicá-lo em 1978, sendo gradualmente adotado pelas editoras. O ISBN é uma espécie de “RG” internacional do livro, constituindo-se um código de 13 dígitos que individualiza a obra publicada. Outras informações sobre o ISBN são obtidas em seu *site* institucional: <<http://www.isbn.br/website/o-que-e-isbn>>. O quadro a seguir apresenta a quantidade de pessoas jurídicas que já solicitaram um registro na Agência, requisito para solicitar ISBNs.

Quadro 13 - Pessoas jurídicas com registro na Agência Brasileira de ISBN.

%	Quantidade	Estado
36,40	5.354	São Paulo
17,68	2.600	Rio de Janeiro
8,05	1.184	Minas Gerais
6,44	947	Paraná
6,43	946	Rio Grande do Sul
4,77	701	Distrito Federal
3,39	499	Santa Catarina
3,09	455	Bahia
13,75	2.024	OUTROS ESTADOS
100	14.710	TOTAL

Fonte - Adaptado de: Agência Brasileira de ISBN, 2014.

Os oito estados descritos no quadro representam 86,25% (total de 12.686) das pessoas jurídicas que solicitaram registro na Agência Brasileira de ISBN. Santa Catarina fica em 7º lugar, em 3,39% do total. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro concentraram em seu território, ao longo do século XX, a maior parte das editoras e gráficas brasileiras, e dessa forma somam 54,08% do total de casas publicadoras.

Agência Brasileira de ISBN também permite o cadastro de pessoas físicas, de forma que qualquer cidadão pode se cadastrar nesta agência para solicitar ISBNs para as publicações de sua autoria. É uma prática relativamente comum nos casos em que o cidadão arca com os custos de impressão e não há intermédio de editoras, por exemplo. O quadro a seguir especifica a quantidade de pessoas físicas cadastradas na Agência.

Quadro 14 - Pessoas físicas com registro na Agência Brasileira de ISBN.

%	Quantidade	Estado
26,24	5.013	São Paulo
18,62	3.558	Rio de Janeiro
10,37	1.918	Minas Gerais
6,9	1.318	Paraná
5,28	1.008	Rio Grande do Sul
4,68	895	Distrito Federal
3,77	721	Bahia
3,43	656	Santa Catarina
20,71	4.018	OUTROS ESTADOS
100	19.105	TOTAL

Fonte - Adaptado de: Agência Brasileira de ISBN, 2014.

Nota-se que há mais pessoas físicas cadastradas que pessoas jurídicas. Os oito estados do quadro respondem por 79,29% (total de 15.087) das pessoas cadastradas, e Santa Catarina fica atrás da Bahia, em 8º lugar.

É importante destacar que a Agência Brasileira de ISBN não especificou a metodologia de coleta de seus dados. No caso das pessoas jurídicas, o quanto desse montante corresponde efetivamente a editoras, ou então quantas pessoas jurídicas e físicas estão ativas em 2014 e ainda solicitam ISBNs. Em todo o caso, os dados chamam a atenção para o montante de casas publicadoras em cada estado. Santa Catarina, que até meados do século XX apresentava um volume baixíssimo de publicações, consegue hoje figurar entre os dez estados com mais casas publicadoras.

As mudanças tecnológicas e de comportamento ocorridas nas últimas décadas afetaram muito a indústria editorial e, por sua vez, a produção e comercialização de livros e revistas. Os *softwares* atualmente utilizados para a diagramação dessas obras, por exemplo, promoveram grande economia de tempo e ampliaram as possibilidades de produção gráfica. Até mesmo em computadores caseiros é possível trabalhar com editoração, gerando produtos de boa qualidade. Instituições de ensino catarinenses oferecem cursos de graduação em *Design* e *Jornalismo*, e em outros estados há cursos de graduação em *Produção Editorial*, cursos técnicos e pós-graduações na área.

1.6 ESCRITORES CATARINENSES

Ao lado da leitura, a habilidade de escrever é fundamental, das mais básicas e necessárias a todo indivíduo que almeja autonomia de pensamento e de exercício da cidadania. Quem escreve bem se comunica em diferentes tempos e espaços, afina a sua capacidade de crítica, cria registros que serão lidos e interpretados pelas próximas gerações. Em comparação, aquele que não escreve, de forma geral, não tem plena clareza sobre as suas ideias e conhece pouco sobre o mundo. Tal como aquele que não lê, quem não escreve é excluído de um número sem fim de atividades, vive à margem e, não raro, sente-se inferior àqueles que dominam o alfabeto.

Para ser chamado de escritor, no entanto, não basta ser alfabetizado, diz o senso comum. Uma rápida pesquisa em dicionários permite constatar que são nomeados escritores os autores de livros de cunho literário ou científico. Esta é uma conceituação importante e complexa, pois influi nos rumos que as políticas públicas para o setor editorial podem tomar. Se forem considerados escritores todos que já defenderam uma tese ou uma dissertação, por exemplo, só a Universidade Federal de Santa Catarina formou mais de 26 mil escritores, entre doutores e mestres. Ou, ainda, se considerarmos que todo jornalista é um escritor e que o primeiro jornal do estado foi publicado em 1831, serão 183 anos de tradição literária comemorados em 2014. Como se pode observar, este não é um conceito fechado.

Em Santa Catarina, assim como em todo o Brasil, é comum encontrar escritores que trabalham paralelamente em outras áreas, como o direito (Péricles Prade), jornalismo (Salim Miguel, Moacir Pereira) e educação (Alcides Buss, Maicon Tenfen). São poucos os escritores que vivem exclusivamente da venda de livros.

Mas são várias, sem dúvida, as iniciativas de fortalecimento e união entre os escritores. No Anexo 1, citam-se algumas associações e outras agremiações que buscam a valorização da leitura e da escrita. Já o Anexo 2, constitui-se na lista de membros da Academia Catarinense de Letras. O Anexo 1 não é uma lista definitiva e outras entidades serão agregadas. Para tal, basta o interessado contatar a secretaria do Fórum Leitura SC.

São variados, também, os projetos de incentivo à leitura e à escrita literária em solo catarinense. Originam-se de ações pontuais e individuais, ou ainda de organizações governamentais e não governamentais. Ora são financiadas com editais de incentivo à cultura, ora são desenvolvidas somente com trabalho voluntário. Atingem diversos

públicos: crianças em horário fora da escola, operários, idosos, escritores iniciantes, entre outros segmentos.

No anexo 3, são citados alguns dos projetos de incentivo à leitura e à escrita catarinenses. Da mesma forma, outras ações poderão ser agregadas, pois não é uma lista definitiva. O interessado poderá solicitar a inclusão da ação à secretaria do Fórum Leitura SC.

1.7 LEGISLAÇÃO SOBRE O LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS

Toda a legislação federal sobre o tema poderá ser analisada no compêndio elaborado pela Câmara dos Deputados, 2º edição, disponível na página <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/8506#>, e também no site do Ministério da Cultura, na página do PNLL: <http://www.cultura.gov.br/pnll>. As demais legislações, programas e planos governamentais em vigor que interferem na promoção da leitura, na economia do livro e no desenvolvimento das bibliotecas brasileiras, especialmente no contexto catarinense, estão citados no Anexo 4.

2 PRINCÍPIOS NORTEADORES

O Plano Estadual do Livro e da Leitura para Santa Catarina é uma ação estreitamente vinculada ao PNLL. A produção e a redação deste último demandaram centenas de reuniões da sociedade civil e inúmeras pesquisas, resultando em um documento que representa os anseios do povo brasileiro em relação ao livro, leitura, literatura e bibliotecas. O diagnóstico apresentado nos capítulos anteriores demonstra que os princípios norteadores do PNLL (que tomam por base documentos da UNESCO) são perfeitamente adequados ao plano catarinense. Assim, tais princípios, com pequenas adaptações, são reproduzidos a seguir.

FATORES QUALITATIVOS

- a) o livro deve ocupar um lugar de destaque no imaginário nacional, sendo dotado de forte poder simbólico e valorizado por amplas faixas da população;
- b) devem existir famílias leitoras, cujos integrantes se interessem vivamente pelos livros e compartilhem práticas de leitura, de modo que as velhas e novas gerações se influenciem mutuamente e construam representações afetivas em torno da

leitura;

- c) deve haver escolas que saibam formar leitores, valendo-se de mediadores bem formados (professores, bibliotecários, mediadores de leitura) e de múltiplas estratégias e recursos para alcançar essa finalidade.

FATORES QUANTITATIVOS

- a) deve ser garantido o acesso ao livro, com a disponibilidade de um número suficiente de bibliotecas e livrarias, entre outros aspectos;
- b) o preço do livro deve ser acessível a grandes contingentes de potenciais leitores.

PRINCÍPIOS

- a) **Práticas sociais** – a leitura e a escrita são percebidas aqui como práticas essencialmente sociais e culturais, expressão da multiplicidade de visões de mundo, esforço de interpretação que se reporta a amplos contextos; assim, a leitura e a escrita são duas faces diferentes, mas inseparáveis, de um mesmo fenômeno;
- b) **Cidadania** – a leitura e a escrita constituem elementos fundamentais para a construção de sociedades democráticas, baseadas na diversidade, na pluralidade e no exercício da cidadania; são direitos de todos, constituindo condição necessária para que cada indivíduo possa exercer seus direitos fundamentais, viver uma vida digna e contribuir na construção de uma sociedade mais justa;
- c) **Diversidade cultural** – a leitura e a escrita são, na contemporaneidade, instrumentos decisivos para que as pessoas possam desenvolver de maneira plena seu potencial humano e caracterizam-se como fundamentais para fortalecer a capacidade de expressão da diversidade cultural dos povos, favorecendo todo tipo de intercâmbio cultural; são requisitos indispensáveis para alcançar níveis educativos mais altos; apresentam-se como condição necessária para o desenvolvimento social e econômico;
- d) **Construção de sentidos** – a concepção de leitura focalizada por este Plano Estadual de Livro e Leitura é aquela que ultrapassa o código da escrita alfabética e a mera capacidade de decifrar caracteres, percebendo-a como um processo complexo de compreensão e produção de sentidos, sujeito a variáveis diversas, de ordens social, psicológica, fisiológica, lingüística, entre outras. Uma perspectiva mecanicista da leitura, que pretende reduzir o ato de ler à mera reprodução do que está no texto, tem sido um dos mais graves obstáculos para o desenvolvimento da leitura e da escrita.

e) **O verbal e o não verbal** – ao reafirmar a centralidade da palavra escrita, não se desconsidera a validade de outros códigos e linguagens, as tradições orais e as novas textualidades que surgem com as tecnologias digitais.

f) **Tecnologias e informação** – a leitura deve ser tratada no diálogo com as diversas tecnologias, entre os quais o livro se encontra. Como defende Renato Janine Ribeiro, filósofo e atual ministro da Educação do Brasil, a maneira adequada de difundir a leitura no Brasil não é a de sua “tradição”, mas aquela que considera que o sujeito contemporâneo só consegue ser interativo com a mídia sendo, ele mesmo, “multimeios”, necessitando da leitura para lê-lo.

g) **Biblioteca enquanto dinamismo cultural** – biblioteca não é concebida aqui como um mero depósito de livros, como muitas vezes tem se apresentado, mas assume a dimensão de um dinâmico polo difusor de informação e cultura, centro de educação continuada, núcleo de lazer e entretenimento, estimulando a criação e a fruição dos mais diversificados bens artístico-culturais; para isso, deve estar sintonizada com as tecnologias de informação e comunicação, suportes e linguagens, promovendo a interação máxima entre os livros e esse universo que seduz as atuais gerações.

h) **Literatura** – entre as muitas possibilidades de textos que podem ser adotados no trabalho com a leitura, a literatura merece atenção especial no contexto do Plano Estadual, dada a enorme contribuição que pode trazer para uma formação vertical do leitor, consideradas suas três funções essenciais, como tão bem as caracterizou Antonio Candido, sociólogo e literato: a) a capacidade que a literatura tem de atender à nossa imensa necessidade de ficção e fantasia; b) sua natureza essencialmente formativa, que afeta o consciente e o inconsciente dos leitores de maneira bastante complexa e dialética, como a própria vida, em oposição ao caráter pedagógico e doutrinador de outros textos; c) seu potencial de oferecer ao leitor um conhecimento profundo do mundo, tal como faz, por outro caminho, a ciência.

i) **EJA** – a Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve ser objeto de especial atenção em relação às políticas e ações ligadas à leitura, considerando-se imperativo criar condições favoráveis de letramento e de acesso ao livro para os jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos Ensinos Fundamental e Médio, hoje frequentemente denominados neoleitores.

j) **Acessibilidade** – o Plano considera fundamental garantir que as pessoas com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento (impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial), tenham acesso a livros e outros

materiais de leitura, valorizando ações como a versão ou a tradução, em Libras e em Braille das obras em circulação, permitindo a inclusão desses potenciais leitores nas escolas regulares.

k) **Meios educativos** – o Plano defende a produção de meios educativos (livros, periódicos e demais materiais de leitura utilizados como instrumentos para a educação na escola), tal como vem fazendo o MEC (por meio de implementação de políticas de produção e distribuição de materiais didáticos e literários que atendam às especificidades dos diversos públicos), a fim de assegurar o acesso a bens culturais produzidos em diferentes linguagens e suportes, sobre temas diversificados, gerados em contextos culturais variados, para leitores de diversas modalidades e faixas etárias; não só estudantes, mas também professores, bibliotecários e demais membros da comunidade escolar.

l) **Estado da questão** – políticas públicas para as áreas da leitura, do livro, da biblioteca, da formação de mediadores e da literatura devem ter como ponto de partida o conhecimento e a valorização do vasto repertório de debates, estudos, pesquisas, e experiências sobre as formas mais efetivas de promover a leitura e o livro e de formar leitores, existentes nas esferas municipal, estadual e nacional. Devem ser implementadas tanto pelo poder Público como pelas organizações da sociedade, atentando-se, ainda, para o contexto internacional, em particular o ibero-americano.

m) **Políticas públicas** – a leitura e a escrita devem ser consideradas base em processos de formulação e implantação de políticas públicas de educação e cultura dos governos em todos os seus níveis e modalidades de ensino e de administração, e, junto com o tema das línguas, perpassá-las estruturalmente, tal como proposto no Plano Nacional de Cultura (PNC), elaborado pelo Ministério da Cultura. A consolidação de políticas e programas de fomento à leitura deve ser pensada a curto, médio e longo prazos, com ênfase no caráter permanente.

n) **Integração** – um pressuposto básico é a integração fundamental entre a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina, junto às demais secretarias de Estado e outras instituições públicas. O Plano Estadual do Livro e da Leitura deve interagir com os planos municipais e o Plano Nacional do Livro e da Leitura.

o) **Autores, editoras e livrarias** – a política para o livro e a leitura deve considerar também as diversas autorias e a criação literária, além das questões de fomento do setor editorial e livreiro, de forma a criar condições para que a produção das obras necessárias

aconteça de forma cada vez mais eficaz, barateando os custos de produção e distribuição, eliminando gargalos e debilidades, para a produção de livros em quantidade necessária e a preços compatíveis com a capacidade de consumo da população. Deve manter, no entanto, a perspectiva sistêmica, exposta anteriormente, em que o econômico se equilibra com o direito de cidadania e a dimensão simbólica.

p) **Leitura e o livro** – este Plano procura contemplar, de forma dialética, um processo de dupla face: tanto aquele moldado pelas questões que envolvem a leitura, quanto o que se configura pelos problemas relativos à cadeia produtiva do livro, buscando evitar polarizações que a tradição tem revelado inócuas, no que diz respeito aos papéis a serem cumpridos pelo estado e à dinâmica específica do mercado.

q) **Avaliação contínua** – são necessários mecanismos contínuos de avaliação das metas, dos programas e das ações desenvolvidos para verificar o alcance das iniciativas e os resultados obtidos, permitindo ajustes, remodelações e atualizações no processo.

3 OBJETIVOS

A partir da análise do diagnóstico e dos princípios norteadores, neste capítulo são apresentados os objetivos do Plano Estadual do Livro e da Leitura para Santa Catarina. As proposições estão divididas em quatro eixos temáticos, conforme a metodologia adotada pelo PNLL e em planos de outros estados e municípios brasileiros.

O Plano tem como objetivo principal promover a parceria entre as Secretarias Estaduais de Cultura, Educação, Esporte e Turismo, bem como estimular a aproximação das Secretarias Municipais de Cultura com as Secretarias Municipais da Educação, no âmbito do planejamento das políticas públicas voltadas ao livro, leitura, literatura e bibliotecas.

A comissão que dará continuidade ao trabalho do Fórum Leitura SC será responsável por compilar as contribuições da sociedade e assim elaborar e quantificar as metas que nortearão a execução do Plano para os anos 2015-2025.

3.1 EIXO 1 – DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO

Linha de Ação 1.1: Implantação de novas bibliotecas e qualificação das já existentes.

Objetivos:

- a) Evitar esforços para que todos os municípios catarinenses tenham pelo menos uma biblioteca pública em pleno funcionamento.
- b) Assegurar que as bibliotecas públicas e escolares tenham modelos arquitetônicos com padrões mínimos de qualidade no atendimento aos usuários, no acondicionamento do acervo e preservação da memória bibliográfica, nos espaços de leitura e no uso dos recursos de informática.
- c) Incentivar e fomentar a manutenção e modernização das bibliotecas já existentes, inclusive adaptações visando à acessibilidade para pessoas com deficiência.
- d) Assegurar a reforma do prédio da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.
- e) Incentivar que o horário de atendimento ao público das bibliotecas seja de segunda à sexta-feira, do início da manhã até o final da noite; finais de semana e em alguns feriados.
- f) Apoiar e fomentar a criação de bibliotecas comunitárias.
- g) Apoiar e fomentar a criação de bibliotecas e centro de documentação especializados, com vistas a prestar serviços de informação às diferentes categorias profissionais.

Linha de Ação 1.2: Fortalecimento da rede atual de bibliotecas**Objetivos:**

- a) Promover o fortalecimento do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de Santa Catarina, contribuindo na reformulação do decreto que o institui, com vistas a definir condições adequadas para sua operacionalização.
- b) Apoiar a implantação de uma infraestrutura adequada para seu pleno funcionamento.
- c) Incentivar a criação de bibliotecas em diferentes bairros de uma cidade e/ou promover o funcionamento das “bibliotecas volantes” (ônibus-biblioteca, barco-biblioteca, entre outras modalidades), de forma que os municípios criem redes de bibliotecas que cooperem entre si.
- d) Incentivar e fomentar a criação de um Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares.
- e) Apoiar o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de Santa Catarina a criar um

banco de dados com informações sobre as condições das bibliotecas públicas e escolares catarinenses.

- f) Promover eventos para a socialização de experiências e aprendizado entre as equipes atuantes nas bibliotecas públicas, comunitárias, escolares e universitárias catarinenses.

Linha de Ação 1.3: Conquista de novos espaços de leitura

Objetivos:

- a) Apoiar a criação e manutenção adequada de espaços alternativos e convidativos de acesso aos livros, revistas e outros documentos tendo sempre em consideração o conceito de *desenho universal* dos espaços, garantindo a acessibilidade a pessoas com deficiência. Por exemplo: ônibus-biblioteca ou estantes circulantes perto das praias, nos pontos de ônibus, nos aeroportos, nos asilos e praças.
- b) Apoiar a criação e manutenção adequada de salas de leitura ou bibliotecas em penitenciárias e outras instituições de reabilitação.
- c) Incentivar a prática de leitura em hospitais, asilos e creches, bem como promover as práticas de *biblioterapia* nesses ambientes, com profissionais qualificados.

Linha de Ação 1.4: Distribuição de livros gratuitos

Objetivos:

- a) Auxiliar a distribuição de livros pelos programas governamentais PNLD e PNBE.
- b) Apoiar o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de Santa Catarina na distribuição de livros novos para todas as bibliotecas públicas. Acervos de qualidade, atuais e adequados à realidade sócio-histórica de cada região catarinense.
- c) Identificar e disponibilizar listas de livros digitais de qualidade e disponíveis gratuitamente, de forma legal, para *download*, sobre os mais variados temas.

Linha de Ação 1.5: Melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura

Objetivos:

- a) Incentivar maior número de edições em Braille ou audiolivros, bem como dotar as bibliotecas públicas de equipamentos capazes de realizar a adaptação de obras literárias para formatos acessíveis.
- b) Promover exposições, concertos musicais e palestras de escritores nos espaços das bibliotecas públicas e escolares catarinenses.
- c) Apoiar e realizar estudos que identifiquem como desenvolver acervos interessantes e dispô-los de forma adequada e convidativa aos usuários da biblioteca e de espaços de leitura.

Linha de Ação 1.6: Incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação

Objetivos:

- a) Apoiar a criação e manutenção de catálogos em todas as bibliotecas públicas e escolares, em rede.
- b) Incentivar e implementar computadores nas bibliotecas públicas e escolares com recursos de edição de texto, acesso à rede *web* e leitores de livros digitais em variados formatos, entre outros recursos.
- c) Criar metodologias para uso integrado do computador nas atividades pedagógicas e culturais das bibliotecas públicas e escolares.
- d) Promover debates e situações de aprendizagem sobre os usos dos *hipertextos* e a cultura digital entre os professores das redes estaduais e municipais e entre a equipe das bibliotecas públicas, escolares e comunitárias.
- e) Incentivar a continuidade de projetos já existentes que abordem temas como *hipertextos* e cultura digital.
- f) Promover a digitalização de acervos históricos dispersos em bibliotecas e arquivos públicos em todo o território catarinense e disponibilizar os conteúdos no ambiente *web* à população.
- g) Apoiar a criação de sítios eletrônicos personalizados para cada biblioteca pública municipal ou rede de bibliotecas.
- h) Incentivar a criação de serviços e acervos digitais.

3.2 EIXO 2 – FOMENTO À LEITURA E À FORMAÇÃO DE MEDIADORES

Linha de Ação 2.1: Formação de mediadores de leitura

Objetivos:

- a) Promover a contratação de bibliotecários, agentes de leitura, pesquisadores e outros profissionais capacitados para atuarem nas bibliotecas públicas e escolares.
- b) Oferecer permanentemente cursos sobre contação e narração de histórias, história da literatura, fontes de informação, pesquisa na *web*, mediação de leitura e outras formações a educadores, bibliotecários e outros profissionais que prestam atendimento à população.
- c) Incentivar parcerias com instituições de ensino superior no intuito de ofertar cursos e realizar avaliações das ações executadas..
- d) Desenvolver uma plataforma *web* e metodologias de educação à distância ou semipresencial para formar novos agentes de leitura e capacitar as equipes já atuantes.
- e) Apoiar, incentivar a inclusão de disciplinas específicas em cursos de formação de professores e bibliotecários que os instrua sobre mediação pedagógica e lúdica da leitura.

Linha de Ação 2.2: Projetos sociais de leitura

Objetivos:

- a) Promover e fortalecer o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler) em Santa Catarina.
- b) Desenvolver ações de leitura e promoção das artes em comunidades carentes.
- c) Incentivar a criação de “comunidades de leitores”, “comunidades de escritores”, rodas de leitura.
- d) Contribuir para a realização de oficinas de escrita criativa e de *fanfiction* (popularmente conhecido como *fanfic*) com crianças e adolescentes.
- e) Promover atividades com crianças e adolescentes que explorem a escrita colaborativa, o debate sobre a cultura digital e o uso ético da informação.

Linha de Ação 2.3: Estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura

Objetivos:

- a) Apoiar e realizar estudos e avaliações periódicas sobre o mercado editorial e livreiro catarinense.
- b) Apoiar e realizar estudos e avaliações periódicas sobre situação das bibliotecas,
- c) Apoiar e realizar estudos e avaliações periódicas sobre índices de leitura e o impacto do trabalho das organizações não governamentais que atuam com mediação de leitura.

Linha de Ação 2.4: Prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura

Objetivos:

- a) Criar um prêmio anual que reconheça as melhores práticas de leitura e letramento informacional em Santa Catarina, seja para um público infantojuvenil, seja para um público adulto.

3.3 EIXOS 3– VALORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA LEITURA E INCREMENTO DE SEU VALOR SIMBÓLICO

Linha de Ação 3.1: Implantação de ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em Política de Estado

Objetivos:

- a) Desenvolver e executar de forma colaborativa os planos do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Estado catarinense e em seus municípios.
- b) Incentivar e apoiar a promulgação de leis e decretos que assegurem a institucionalização de uma política de Estado para a leitura.
- c) Promover a adesão do Estado de Santa Catarina ao Sistema Nacional de Cultura, com readequação de sua legislação para recebimento de recursos deste sistema.
- d) Alocar recursos financeiros nos planos plurianuais para projetos desenvolvidos a partir de seu Plano Estadual do Livro e da Leitura.
- e) Assegurar a dotação orçamentária e a autonomia administrativa das bibliotecas públicas.
- f) Envolver permanentemente a sociedade civil nos debates sobre o livro, leitura, literatura e bibliotecas, em eventos regulares sobre os temas
- g) Incentivar a participação da sociedade civil em colegiados deliberativos e consultivos governamentais.

Linha de Ação 3.2: Ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura

Objetivos:

- a) Promover campanhas publicitárias periódicas que incentivem o ato de leitura.

Linha de Ação 3.3: Publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura

Objetivos:

- a) Incentivar a criação de programas de televisão e rádio sobre literatura, bem como estimular jornais impressos a dar maior espaço à crítica literária, divulgação de novos lançamentos e outros temas correlatos.

3.4 EIXO 4 – DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DO LIVRO**Linha de Ação 4.1: Fomento do desenvolvimento da cadeia produtiva do livro**

Objetivos:

- a) Apoiar cursos de formação de profissionais para o mercado do livro.
- b) Incentivar a instituição de linhas de financiamento para editoras, gráficas e livrarias, especialmente as micro e pequenas empresas.
- c) Assegurar a compra periódica de livros para as bibliotecas públicas e escolares catarinenses.

Linha de Ação 4.2: Fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura

Objetivos:

- a) Incentivar campanhas publicitárias que promovam a literatura catarinense em todo o país.
- b) Fomentar a abertura de livrarias convencionais e em pontos alternativos e apoiar as existentes.
- c) Analisar a tributação do setor livreiro e propor alternativas que viabilizem tarifas diferenciadas para transporte e circulação de bens de leitura.
- d) Fortalecer as feiras de livros já existentes no estado e envidar esforços para a criação de feiras literárias catarinenses de grande porte, com repercussão nacional.

Linha de Ação 4.3: Apoio à cadeia criativa do livro

Objetivos:

- a) Incentivar e fomentar programas de bolsas de criação literária para apoiar escritores.
- b) Apoiar o fortalecimento da Academia Catarinense de Letras, a fim de ampliar sua infraestrutura e seu poder de atuação no estado.
- c) Incentivar e fomentar projetos de circulação de escritores nas escolas, bibliotecas, feiras de livros, entre outros espaços de oportunizem contato com o público leitor.
- d) Promover fóruns sobre direitos autorais e *copyrights* restritivos e não restritivos.
- e) Promover a defesa dos direitos do autor.

4 ESTRUTURA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Os recursos para implementação das metas do Plano Estadual do Livro e da Leitura terão diversas fontes.

- a) Orçamento da União: fundos dos Ministérios da Educação e Ministério da Cultura, especialmente.
- b) Planejamento orçamentário do Estado de Santa Catarina e instituições filiadas;
- c) Planejamento orçamentário das prefeituras e instituições filiadas.
- d) Editais nacionais, tais como editais da Biblioteca Nacional para fomento à tradução, produção literária e intercâmbio de escritores.
- e) Editais promovidos pela Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, do Ministério da Cultura.
- f) Fundo Estadual de Incentivo à Cultura (Funcultural), de Santa Catarina.
- g) Orçamento de organismos internacionais, entidades e empresas: CERLALC, UNESCO, OEI, Pnud, OIT, entre outros.
- h) Orçamentos de organizações não governamentais.
- i) Leis de incentivo à cultura com renúncia Fiscal: lei Rouanet, leis estaduais e municipais.
- j) Criação de rubricas especialmente destinadas à atualização dos acervos e infraestrutura das bibliotecas e escolares nos orçamentos do Estado e dos municípios.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE ISBN. **Estatística ISBN. Quantidade de editoras por estado.** [S.l.: 2014]. Não paginado. Disponível em:

<<http://www.isbn.br/website/quantidade-de-obras-por-estado>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro.** Revisão e atualização: Briquet de Lemos. Prefácio: Antônio Houaiss. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Lexikon; São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE LIVRARIAS. **Diagnóstico ANL do setor livreiro 2012.** [S.l.]: 2012. Disponível em:

<http://anl.org.br/web/pdf/diagnostico_setor_livreiro_2012.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **CEUs: Centros de Artes e Esportes Unificados.** Brasília: [2012?]. Não paginado. Disponível em:

<<http://ceus.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Ponto de Cultura.** Brasília: [2013?]. Não paginado. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Avaliação das bibliotecas escolares no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Edições SM, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL. **Graduação em Biblioteconomia na modalidade a distância:** projeto pedagógico. Brasília: 2010. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/EAD.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

CUNHA, Miriam Vieira da et al. O bibliotecário formado pela Universidade Federal de Santa Catarina: perfil profissional. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 182-195, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/359/168>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

EARP, Fábio Sá; KORNIS, George. A cadeia produtiva do livro e da leitura. In: FAILLA, Zoara (Org.). **Retratos da leitura no Brasil 3.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo : Instituto Pró-Livro, 2012.

EARP, Fábio Sá; KORNIS, George. **A economia da cadeia produtiva do livro.** Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

ESTANTE VIRTUAL. **Quem somos.**[S.l.]: 2014. Não paginado. Disponível em: <<http://www.estantevirtual.com.br/conteudo/quem-somos>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

FAILLA, Zoara (Org.). **Retratos da leitura no Brasil 3**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo : Instituto Pró-Livro, 2012.

FERREIRA, Juca; HADDAD, Fernando. As dimensões culturais e educacionais da leitura. In: BRASIL. Ministério da Cultura. Ministério da Educação. **Guia para elaboração e implantação dos planos estadual e municipal do livro e da leitura**. Brasília, [2010?]. p. 4-5. Disponível em: <http://forumleitura.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Guia_elaboracao_implantacao_planos_estadual_municipal_livro_leitura.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Bibliotecas do Sul do país são as mais informatizadas**. Brasília: Ministério da Cultura, 2010a. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/04/censobmpssull1.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Censo nacional das bibliotecas públicas municipais**: estudo quantitativo, principais resultados. Brasília: Ministério da Cultura, 2010b.

FUNDAÇÃO PENSAMENTO DIGITAL. **Uso de tecnologias da informação e comunicação em bibliotecas públicas no Brasil**. [S.l.]: 2013. Disponível em: <<http://forumleitura.org.br/wp-content/uploads/2014/01/tecnologia-em-biblioteca-publica-brasil.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Comentários.In: _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese de indicadores 2011. Rio de Janeiro, 2012. Não paginado. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/Sintese_Indicadores/sintese_pnad2011.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2012**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2012/munic2012.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2014.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos leitura no Brasil**. [3. ed.]. [2012].

RODRIGUES, Maria Fernanda. Mercado editorial encolhe em 2012. **Estado de São Paulo**, 31 jul. 2013. Não paginado. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,mercado-editorial-encolhe-em-2012,1059090,0.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. **Dados das bibliotecas públicas no Brasil**. [S.l.]: 2014. Disponível em:<<http://snbp.bn.br/indicadores/dados-das-bibliotecas-publicas/>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. **Tipos de bibliotecas**. [S.l.: 2013?]. Disponível em:<<http://snbp.bn.br/tipos-de-bibliotecas/>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

ANEXO 1

Associações e outras agremiações que valorizam a leitura e a escrita

a) Associações nacionais:

- Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897
<<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>.
- União Brasileira de Escritores, fundada em 1958 <www.ube.org.br/d>.

b) Associações estaduais:

- Academia Catarinense de Letras, fundada em 1920 com o nome de Sociedade Catarinense de Letras.
- Academia Catarinense de Letras e Artes, fundada em 2003
<<http://www.aclasc.com.br/index.html>>.
- Academia de Letras para o Brasil em Santa Catarina (entidade fundada em 2011 que possui unidades seccionais em várias cidades catarinenses).
- Associação dos Cronistas, Poetas e Contistas Catarinenses, fundada em 1995
<<http://a-c-p-c-c.blogspot.com.br/>>.
- Academia Catarinense de Letras Jurídicas, fundada em 2012
<<http://www.aclej.org.br/>>.
- Associação Catarinense de Imprensa-Núcleo de Escritores
<<http://www.casadojornalista.org/nucleos.html>>.

c) Associações municipais:

- Biguaçu: Academia de Letras de Biguaçu, fundada em 1996
<<http://www.academiadeletrasdebiguacu.com.br>>.
- Blumenau: Academia de Letras Blumenauense, fundada em 1999
<<http://academiadeletrasblumenauense.blogspot.com.br/p/academia.htm>>.
- Blumenau: Sociedade Escritores de Blumenau, fundada em 1999
<<http://www.seblumenau.com.br/historico.htm>>.
- Canelinha: Academia de Letras de Canelinha.
- Canoinhas: Academia de Letras de Canoinhas (seccional da ACL/SC).
- Criciúma: Academia Criciumense de Letras, fundada em 1997
<<http://www.acle.com.br/index.php>>.
- Florianópolis: Academia Desterrense de Letras, fundada em 1998.
- Florianópolis: Associação Literária Florianopolitana.

- Florianópolis: Clube da Leitura: a gente catarinense em foco.
- Florianópolis: Grupo de Poetas Livres <<http://www.poetaslivres.com.br/>>.
- Içara: Academia Içarense de Letras e Artes, fundada em 2007 <<http://www.aila.com.br/index.php>>.
- Itapema: Academia Itapemense de Letras, fundada em 2000<<http://academiaitapemensedeletras.blogspot.com.br/>>.
- Joinville: Academia Joinvilense de Letras, fundada em 1969.
- Joinville: Confraria do Escritor, fundada em 2011 <<http://confrariadoescritor.com.br/>>.
- Nova Trento: Academia de Letras de Nova Trento.
- Palhoça: Academia de Letras em Palhoça, fundada em 2003 <<http://www.academiadeletrasdepalhoca.com.br/>>.
- São José: Academia São José de Letras.
- São Francisco do Sul: Academia de Letras e Artes de São Francisco do Sul, fundada em 2008<<http://www.alasfs.org.br/academicos.php>>.
- São Bento do Sul: Academia de Letras Infantojuvenil para Santa Catarina Municipal São Bento do Sul, fundada em 2013.
- São Pedro de Alcântara: Academia Alcantarense de Letras, fundada em 2009 <<http://www.pmspa.sc.gov.br/conteudo/?item=9618&fa=1&cd=50918>>.
- Santo Amaro da Imperatriz: Academia Santoamarense de Letras, fundada em 2002.
- Tijucas: Oficial Academia Tijuquense de Letras.
- Tijucas: Oficial Academia Estudantil Tijuquense de Letras, fundada em 2010.

ANEXO 2
Lista de escritores catarinenses

Nº 1: Edy Leopoldo Tremel
Florianópolis/SC

Nº 2: Urda Alice Klueger
Blumenau /SC

Nº 3: Moacir Pereira
Florianópolis/SC

Nº 4: João Alfredo Medeiros Vieira
Florianópolis/SC

Nº 5: Vaga

Nº 6: Hugo Mund Júnior
Brasília/DF

Nº 7: Leatrice Moellmann
Florianópolis/SC

Nº 8: vaga

Nº 9: João Nicolau Carvalho
Florianópolis/SC

Nº 10: Júlio de Queiroz
Florianópolis/SC

Nº 11: Olsen Júnior
Rio Negrinho/SC

Nº 12: Edson Ubaldo
Florianópolis/SC

Nº 13: Padre José Artulino Besen
São José/SC

Nº 14: vaga

Nº 15: Celestino Sachet
Florianópolis/SC

Nº 16: Alcides Abreu
São José/SC

Nº 18: José Curi
Florianópolis/SC

Nº 19: Sérgio da Costa Ramos
Florianópolis/SC

Nº 20: Miro Moraes
Florianópolis/SC

Nº 21: vaga

Nº 22: Antônio Carlos Konder Reis
Penha/SC

Nº 23: Flávio José Cardozo
Florianópolis/SC

Nº 24: Liberato Manoel Pinheiro Neto
Florianópolis/SC

Nº 25: C. Ronald
Biguaçu/SC
Poetacronald@terra.com.br

Nº 26: Lélia Nunes
Florianópolis/ SC

Nº 27: Pedro Bertolino
Florianópolis/SC

Nº 28: Péricles Luiz Medeiros Prade
Florianópolis/SC

Nº 29: Napoleão Xavier do Amarante Rua Mário Moura, nº189
Florianópolis/SC

Nº 30: Jali Meirinho
Florianópolis/SC

Nº 31: Walter Fernando Piazza
Florianópolis/SC

Nº 32: Amilcar Neves
Florianópolis/SC

Nº 33: João Paulo Silveira de Souza
Florianópolis/SC

Nº 34: Osvaldo Della Giustina
Brasília/DF

Nº 35: Rodrigo de Haro
Florianópolis/SC

Nº 36: vaga

Nº 37: ArtemioZanon
Florianópolis/SC

Nº 38: Salomão Ribas Júnior
Florianópolis/SC

Nº 39: Gilberto Callado de Oliveira
Florianópolis/SC

Nº 40: vaga

ANEXO 3

Programas e projetos de incentivo à leitura e à escrita catarinenses

a) Programas governamentais:

- Programa “Cem cópias sem Custo”, instituído pela lei estadual 15.019, de 22 de dezembro de 2009: permite a reprodução gratuita de 100 cópias de uma obra para escritores que não têm condições financeiras para arcar com a tiragem. Administrado pela Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina.
- Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler): administrado pela Biblioteca Nacional, é um programa que incentiva a leitura e a escrita, promovendo a formação de comitês autônomos em todo território brasileiro que desenvolvem ações variadas. Em Santa Catarina, o Proler/Univille iniciou seus trabalhos em 1995.

b) Programas da sociedade civil:

- Projeto Bom de Ler: iniciativa do Instituto Parati e Cidade Futura e constitui-se de um conjunto de ações de estímulo à leitura e à produção autoral, em diversas cidades, e conta com biblioteca, oficinas do livro e da leitura, repórter na escola, entre outras ações voltadas para os jovens. *Site:* <<http://redereporter.institutoparati.org.br/>>.
- Barca dos Livros: mantida pela Sociedade Amantes da Leitura, é uma biblioteca comunitária com intensa programação cultural no bairro Lagoa da Conceição, Florianópolis. *Site:* <<http://barcadoslivros.org/barca-dos-livros/>>.
- Oficina Literária Boca de Leão: oficina que ocorre na Biblioteca do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis. Seus participantes desenvolvem habilidades de leitura, escrita, análise de textos literários, contação de histórias, entre outros. *Site:* <<http://oficialiterariabocadeleao.blogspot.com.br/>>.
- Instituto Caracol: sediado na cidade de Navegantes, desenvolve ações de promoção da leitura, da escrita e usufruto da cultura por meio de uma biblioteca comunitária, rodas de histórias, contêiner multiuso e adaptável (nomeado de Contém Cultura), concurso de poesia. *Site:* <<http://institutocaracol.org.br/>>.

ANEXO 4

Legislações, programas e planos governamentais

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS FEDERAIS

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 150 – **proibi instituir impostos sobre livros**, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- b) Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece a lei de diretrizes e bases da **educação** brasileira.
- c) Lei federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 – dispõe sobre os **direitos autorais**.
- d) Lei federal nº 10.753, de 30 de outubro de 2003 – Institui a **Política Nacional do Livro**. Artigos de destaque: **Art. 16**. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios consignarão, em seus respectivos orçamentos, verbas às bibliotecas para sua manutenção e aquisição de livros. **Art. 17**. A inserção de rubrica orçamentária pelo Poder Executivo para financiamento da modernização e expansão do sistema bibliotecário e de programas de incentivo à leitura será feita por meio do Fundo Nacional de Cultura. **Art. 18**. Com a finalidade de controlar os bens patrimoniais das bibliotecas públicas, o livro não é considerado material permanente.
- e) Lei federal nº 12.244, de 24 de março de 2010 – Dispõe sobre a **universalização das bibliotecas** nas instituições de ensino do País. Até 2020 todas as instituições de ensino brasileiras deverão possuir uma biblioteca.
- f) Lei n.º 12.343, de 2 de dezembro de 2010 – Institui o **Plano Nacional de Cultura** (PNC), cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e dá outras providências.
- g) Decreto presidencial nº 7.559, de 1º de setembro de 2011 – Dispõe sobre o **Plano Nacional do Livro e Leitura** (PNLL) e dá outras providências.
- h) Decreto presidencial nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre os **programas de material didático**: Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional Biblioteca na Escola.
- i) Portaria do MinC nº 117, de 1º de dezembro de 2010 – Estabelece como condição para a **liberação de recursos financeiros** do Ministério da Cultura aos entes federados a existência de biblioteca pública em condições minimamente adequadas

de atendimento à população.

LEIS CATARINENSES

- a) Lei n.º 13.848, de 9 de outubro de 2006 – Autoriza a instituição da Política Estadual do Livro.

SISTEMAS, PLANOS E PROGRAMAS FEDERAIS

- a) Sistema Nacional de Cultura (SNC).
- b) Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP).
- c) Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
- d) Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE).
- e) Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler).
Site: <<http://www.bn.br/proler/>>.
- f) Plano Nacional de Cultura – Engloba os diversos segmentos da cultura. Possui várias metas sobre a biblioteca pública e as práticas leitoras do brasileiro.*Site:* <<http://pnc.culturadigital.br/plano-nacional-de-cultura-principais-momentos-de-uma-construcao-democratica/>>.
- g) Plano Nacional do Livro e da Leitura – Conjunto de ações visando à criação de uma política de estado efetiva para a leitura, o livro e as bibliotecas. Sua aprovação em lei foi considerada uma das prioridades da III Conferência Nacional de Cultura, que ocorreu em novembro e dezembro de 2013. De acordo com PNLL, todos os estados e municípios também deverão elaborar seus planos para o livro, leitura, literatura e bibliotecas.
- h) Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs) – Seu objetivo “é integrar num mesmo espaço físico, programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços sócio-assistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital, de modo a promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras” (BRASIL, 2012). Tem como meta que até 2014 sejam inaugurados 360 CEUs nas 27 unidades da federação. Em Santa Catarina os seguintes municípios construirão uma unidade deste equipamento cultural (alguns já foram inaugurados): Caçador, Chapecó, Criciúma, Gaspar, Içara, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Navegantes, Palhoça, São Bento do Sul, São José. Mais informações no *site* do programa: <<http://ceus.cultura.gov.br/>>.

- i) Pontos de Cultura – “É a ação prioritária do Programa Cultura Viva. Ele é a referência de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas culturais. Como um parceiro na relação entre estado e sociedade, e dentro da rede, o Ponto de Cultura agrega agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, e destas entre si. O Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e a sociedade civil. A adesão à rede de Pontos de Cultura é voluntária, realizada a partir de chamamento público, em editais lançados pelo Ministério da Cultura, pelos governos dos Estados ou pelas Prefeituras. Eventualmente, outras instituições públicas podem ser responsáveis pelo chamamento público. Outras linhas de fomento a Pontos de Cultura também são possíveis: Pontos de Leitura, Pontinhos de Cultura, Pontos de Memória, Pontos de Bens Registrados como Patrimônio Imaterial” (BRASIL, 2013). Outras informações no *site* do programa: <<http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/>>.

SISTEMAS, PLANOS E PROGRAMAS CATARINENSES

- a) Sistema de Bibliotecas Públicas de Santa Catarina – Ver capítulo 3.2.1.
- b) Plano Estadual de Cultura – Iniciativa alinhada ao PNC.